

Infracommerce CXaaS S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as informações intermediárias	15
Balancos patrimoniais	17
Demonstrações dos resultados	18
Demonstrações dos resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Notas explicativas às informações intermediárias	22

Receita Líquida da Infracommerce Cresce 69% no 1T21

São Paulo, 17 de maio de 2021: Infracommerce CXaaS S.A., “Infracommerce” (B3:IFCM3), a melhor empresa de soluções digitais para e-commerce do Brasil em nível de serviço, anuncia hoje seus resultados para o primeiro trimestre de 2021 (“1T21”). As informações financeiras apresentadas a seguir, exceto onde indicado, estão de acordo com as normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS – International Financial Reporting Standards) e em Reais (R\$).

Destaques Financeiros e Operacionais

A Infracommerce oferece um ecossistema de soluções digitais integradas, a partir de um modelo de negócios chamado *Customer Experience as a Service – CXaaS*, que combina tecnologia e dados, com *fintech* e *fulfillment*.

A Companhia foi fundada com base no princípio de que, para vencer no e-commerce, as marcas precisam de uma solução integrada que resolvam a complexidade de gerenciar mais de 20 fornecedores e 40 sistemas, porém em uma escala bilionária, e de forma independente.

A Infracommerce apresenta abaixo os destaques do 1T21:

- A Infracommerce registrou um GMV de R\$1.381 milhões no 1T21, um crescimento de 42% comparado com o 1T20, um volume recorde de transações em seu ecossistema para o período.
- O TPV registrou um aumento de 65% quando comparado ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$132,3 milhões no 1T21.
- A receita líquida totalizou R\$72,8 milhões, um aumento de 69% no 1T21 em relação à receita líquida de R\$43,1 milhões no 1T20.
- O lucro bruto passou de R\$21,0 milhões no 1T20 para R\$33,6 milhões no 1T21, com margem bruta de 46%.
- O EBITDA Ajustado por eventos não-recorrentes do período foi de R\$1,5 milhão, crescimento de 21% em relação ao 1T20, representando uma margem de 2% no 1T21.

Destaques (R\$ milhões)	1T21	1T20	% Δ
GMV	1.380,7	971,6	42,1%
TPV	132,3	80,3	64,8%
Receita líquida	72,8	43,1	68,7%
Lucro bruto	33,6	21,0	60,4%
Margem bruta	46,2%	48,6%	-2,4 p.p.
EBITDA Ajustado*	1,5	1,3	20,9%
Margem EBITDA Ajustada*	2,1%	2,9%	-0,8 p.p.
Lucro (Prejuízo) do exercício	3,9	(7,9)	n.a.
Margem líquida	5,3%	-18,3%	n.a.

* Ajustado por eventos não-recorrentes totalizando um ganho de R\$12,6 milhões no 1T21 e uma despesa de R\$0,1 milhão no 1T20. Para mais informação, ver página 8.

infra.commerce

- No 1T21, a Infracommerce entregou 14,3 milhões de produtos, um aumento de 49% em relação ao mesmo período do ano passado.
- A Companhia obteve um take rate médio de 5,3%, crescimento de 20% em relação ao 1T20.
- No 1T21, a Infracommerce registrou um lucro líquido de R\$3,9 milhões, comparado com um prejuízo líquido de R\$7,9 milhões no 1T20.
- Apoio ao movimento #PANELACHEIASALVA, facilitando a arrecadação de doações feitas em nível nacional a partir de um site, programado e gerido pela Infracommerce. Esse projeto visa combater a fome nas comunidades carentes do Brasil, resultado da união de três ONGs brasileiras: CUFA (BR) – Central Única das Favelas, Gerando Falcões e Frente Nacional Antirracista, com o apoio do União SP e cooperação da UNESCO.

Eventos Subsequentes

- Em 04 de maio concluímos a nossa oferta pública inicial ("IPO"), nos termos da Instrução CVM 476, oferecendo 54.375.000 ações ordinárias, o que resultou em R\$831 milhões em recursos líquidos para a Infracommerce.
- Em abril lançamos a nossa primeira *Guide Shop* junto com a Armani Exchange, localizada no Shopping Morumbi em São Paulo. O nosso ecossistema de soluções digitais integradas de tecnologia *omnichannel*, *fulfillment* e *fintech* permite ao cliente ter uma visão ampla de seu negócio e com isso oferecer uma experiência ao consumidor excepcional. Com a nossa *Guide Shop*, lançamos uma nova modalidade de integração do mundo físico ao digital.
- Lançamento de dois módulos inovadores da plataforma Infra.shop B2B para vendas via WhatsApp e hub B2B.
- Introdução de Pix nas lojas B2B, em adição às mais de 20 lojas de B2C, colocando a Infracommerce mais uma vez como pioneira na introdução desse meio de pagamento.
- Brandlive inicia suas operações no Peru, em adição as operações na Argentina, Colômbia e Chile.

Mensagem da Administração

O ano de 2021 promete ser mais um ano muito especial na história da Infracommerce. O IPO em 04 de maio de 2021 representou um passo muito importante na nossa missão de levar o *Customer Experience as a Service* para marcas e indústrias, e transformar a digitalização da cadeia de suprimentos da América Latina a partir da consolidação de um ecossistema digital *white label*. Sou profundamente grato ao nosso time de #Infras, pela dedicação em cuidar dos clientes de nossos clientes, todos os dias. Tenho muito orgulho do que construímos desde a nossa fundação em 2012 até aqui, apresentando a cada ano um significativo ritmo de crescimento. Mais importante ainda é ver o crescimento das pessoas que fizeram parte dessa jornada, nas mais diversas funções, cultivando o Nosso Jeito e o foco em excelência e inovação.

Começamos esse ano comprometidos com a nossa estratégia de expansão e excelência na experiência do consumidor. O mercado digital continua crescendo e evoluindo, e somos reconhecidamente especialistas da digitalização e desintermediação das jornadas do *go-to-market* de marcas e indústrias, e apaixonados pelo *Customer Experience as a Service (CXaaS)*.

No primeiro trimestre de 2021, a nossa receita líquida totalizou R\$72,8 milhões, um crescimento de 69% em comparação com o mesmo período do ano passado, devido à expansão de 42% do GMV no período. O nosso *take rate* médio foi de 5,3% no 1T21, comparado com 4,4% no 1T20.

A nossa *fintech* segue pioneira na adoção do Pix, agora disponível também nas lojas dos clientes B2B, em adição às 20 lojas de B2C que já possuem essa modalidade, muitas delas desde o fim do ano passado. Nosso canal de soluções de meio de pagamento e crédito, se propõe a resolver problemas reais de nossos clientes, em busca pela excelência na experiência do consumidor. Com isso, registramos nesse trimestre um crescimento de 65% no TPV, que totalizou R\$132,3 milhões.

O nosso lucro bruto passou de R\$21,0 milhões no 1T20 para R\$33,6 milhões no 1T21, com margem bruta de 46%.

Em 29 de janeiro de 2021 oficializamos a compra do controle da empresa New Retail, que opera sob a marca Brandlive e possui operações na Argentina, Colômbia, Chile e Peru, em linha com a nossa estratégia de consolidar nossa posição de liderança na América Latina. Nossa presença na América Latina vai ao encontro do crescimento da demanda de nossos clientes, nos colocando como um parceiro de digitalização para toda a região.

Ao longo do trimestre, evoluímos com a integração do Pier8, empresa que adquirimos em dezembro de 2020, e nos trouxe uma equipe qualificada, ganhos de escala, sinergias de custos e receitas, complementando nosso portfólio de clientes, oferecendo acesso a uma base de clientes de médio porte, onde já começamos a oferecer vendas cruzadas entre a nossa plataforma *omnichannel*, *fulfillment* e *fintech*. Adicionamos também novos centros de distribuição, como o localizado em Vitória – ES, que já fazia parte do nosso mapa de expansão.

O nosso ecossistema *white-label* de soluções digitais inovadoras segue expandindo, proporcionando novas possibilidades, canais de vendas e experiência aos nossos clientes. Um grande exemplo disso foi a inauguração de nossa primeira solução para *Guide Shop*, uma loja física que reúne tecnologia, pagamento e *fulfillment*, onde o cliente do nosso cliente pode experimentar e ver de perto uma seleção de produtos, com uma experiência sensorial que o e-commerce hoje não consegue fornecer. Após fazer a compra, o produto escolhido pode ser entregue na casa do cliente, utilizando a estrutura já existente do e-commerce, ou ele pode escolher por retirar direto na *Guide Shop*. Esse conjunto de

infra.commerce

possibilidades faz da *Guide Shop* uma ótima solução para nossos clientes crescerem no mundo físico, com menor necessidade de capital e espaços para guardar estoques.

Esta é a nossa primeira divulgação de resultados após abrimos o capital em 04 de maio de 2021, com a listagem no segmento do Novo Mercado da B3, o mais elevado nível de governança corporativa da bolsa brasileira. Estamos muito felizes em compartilhar esse momento tão marcante da nossa história com todos os nossos stakeholders.

Costumo dizer que, assim como os escaladores a caminho do pico do monte Everest comemoram sua chegada ao primeiro *base camp*, e usam este momento para se fortalecer e ir mais alto, o IPO é uma importante conquista em nossa jornada de levar o *Customer Experience as a Service* para marcas e indústrias B2C e B2B na América Latina.

Temos muito a agradecer a todos os nossos parceiros, principalmente aos nossos clientes, pela confiança nesses anos. Aqui na Infracommerce, nos dedicamos 24 horas por dia, 7 dias por semana, para que nossos clientes sejam os melhores, levando no peito o mantra "*always deliver more than expected*".

Por fim, agradeço também aos nossos acionistas pelo apoio contínuo. Entramos em 2021 dedicados em entregar resultados consistentes, e em oferecer uma excelente experiência do consumidor aos nossos clientes.

#Golnfra #CXaaS

Kai Schoppen, CEO da Infracommerce CXAAS S.A.

Desempenho financeiro

As demonstrações de resultados e os dados operacionais apresentados nas tabelas a seguir devem ser lidos em conjunto com os comentários dos resultados trimestrais apresentados posteriormente. Todos os números são comparados ao mesmo período do ano anterior e foram arredondados para o milhar mais próximo, contudo podem apresentar divergências quando comparado às demonstrações financeiras em virtude das casas decimais.

Demonstrações de Resultados (R\$ milhões)	1T21	1T20	% Δ
Receita líquida	72,8	43,1	68,7%
Custo dos serviços prestados	(39,1)	(22,2)	76,5%
Lucro bruto	33,6	21,0	60,4%
<i>Margem bruta</i>	46,2%	48,6%	-2,4 p.p.
Despesas comerciais e administrativas	(45,7)	(24,1)	89,2%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18,5	1,7	968,1%
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e resultado de equivalência patrimonial	6,5	(1,4)	n.a.
Despesas financeiras	(4,3)	(6,5)	-33,2%
Receitas financeiras	1,7	0,0	n.a.
Resultado financeiro líquido	(2,6)	(6,5)	-59,4%
Equivalência patrimonial	0,1	0,0	244,4%
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	3,9	(7,9)	n.a.
Imposto corrente	(0,1)	--	n.a.
Lucro (Prejuízo) do exercício	3,9	(7,9)	n.a.
<i>Margem Líquida</i>	5,3%	-18,3%	n.a.

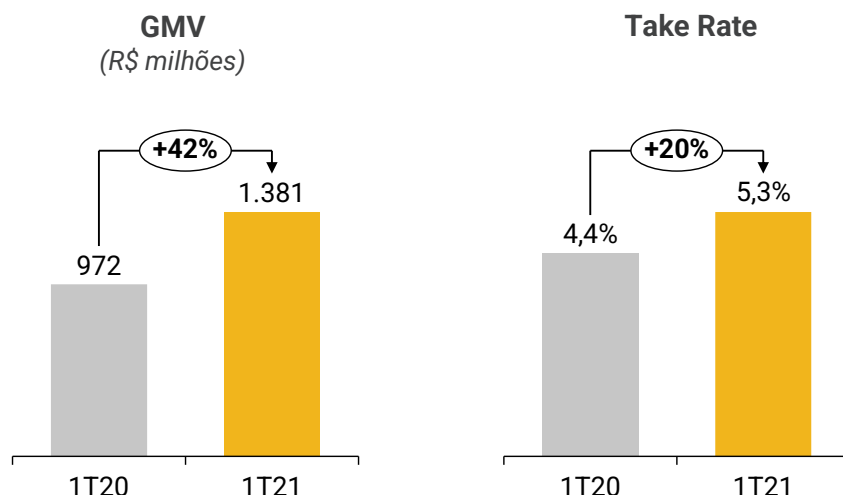
Receita líquida

No 1T21, a Infracommerce reportou uma receita líquida de R\$72,8 milhões, um crescimento de 68,7% em relação à receita líquida de R\$43,1 milhões registrada no primeiro trimestre de 2020, relacionado com: (i) o crescimento na quantidade de clientes, que passou de 52 no 1T20 para 239 no 1T21; (ii) o aumento de 42% do GMV, impulsionado principalmente pelo aumento na quantidade de transações realizadas em nosso ecossistema; e (iii) o crescimento de 20% no *take rate* médio da Companhia.

As nossas soluções para B2C registraram um aumento de 83% na receita na comparação anual, enquanto que as soluções para B2B apresentaram crescimento de 31% na receita. No primeiro trimestre de 2021, tivemos um recorde de prospecção de novos clientes B2B, com seis novas lojas entrando em nosso ecossistema, elevando o total de clientes B2B para 18. Estas seis contas novas apresentam um potencial de geração de GMV anual de R\$2 bilhões, após o período de *ramp up*.

Neste trimestre, os dois maiores clientes da Companhia representaram, em conjunto, 28% de nossa receita líquida, uma redução de 14 pontos percentuais comparado com 42% no mesmo período do ano anterior, dando sequência a nossa estratégia de diversificação da nossa base de clientes.

Destaques operacionais	1T21	1T20	% Δ
GMV (R\$ milhões)	1.380,7	971,6	42,1%
TPV (R\$ milhões)	132,3	80,3	64,8%
Take Rate	5,3%	4,4%	20,5%
Total de clientes	239	52	359,6%
Funcionários equivalentes em tempo integral	1.163	967	20,3%
Unidades de produtos entregues (milhões)	14,3	9,6	48,8%



Custos e despesas operacionais

Custos e despesas (R\$ milhões)	1T21	1T20	% Δ
Custo dos serviços prestados	(39,1)	(22,2)	76,5%
Despesas comerciais e administrativas	(45,7)	(24,1)	89,2%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18,5	1,7	968,1%
Custos e despesas totais	(66,3)	(44,6)	48,7%

Os custos e despesas operacionais, registraram aumento de 48,7% no 1T21 em relação ao 1T20, devido, principalmente:

- Custos dos serviços prestados totalizaram R\$39,1 milhões, um aumento de 76,5% no trimestre em relação ao mesmo período de 2020 em razão do aumento do número de pedidos e vendas, com crescimento nas despesas com *marketplace*, logística e tecnologia.
- Despesas comerciais e administrativas totalizaram R\$45,7 milhões, 89,2% a mais do que o registrado no 1T20, relacionado com o reforço dos times comerciais e administrativos em função do aumento de clientes e volume de vendas, bem como a criação de novas áreas na Companhia, que visam essencialmente preparar a empresa para essa nova onda de crescimento que virá com a utilização dos recursos do IPO. Contribuiu ainda para essa variação, as despesas não-recorrentes relacionadas com a aquisição de participação adicional da New Retail, assim como a despesas com o IPO.

infra.commerce

- As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram um ganho de R\$18,5 milhões, relacionado principalmente com o ganho não-recorrente devido à remensuração do investimento na aquisição de participação adicional na New Retail.

Resultado financeiro

Resultado financeiro líquido (R\$ milhões)	1T21	1T20	% Δ
Despesa financeira	(4,3)	(6,5)	-33,2%
Receita financeira	1,7	0,0	n.a.
Resultado financeiro líquido	(2,6)	(6,5)	-59,4%

O resultado financeiro totalizou um prejuízo de R\$2,6 milhões no 1T21, 59,4% menor comparado com o prejuízo de R\$6,5 milhões no 1T20, devido à equalização da variação cambial entre receitas e despesas, redução das taxas bancárias e aumento das receitas de aplicações financeiras. Tais efeitos mais do que compensaram a despesa de juros adicional relacionada com o aumento do endividamento no período.

Liquidez e dívida líquida

Liquidez (R\$ milhões)	1T21	1T20	% Δ	4T20	% Δ
Caixa	39,8	20,5	93,9%	67,3	-40,8%
Empréstimos e financiamentos	(80,1)	(6,8)	1078,9%	(71,9)	11,4%
Dívida líquida	(40,3)	13,7	n.a.	(4,7)	764,8%

Em 31 de março de 2021, a dívida líquida da Infracommerce totalizou R\$40,3 milhões, R\$35,6 milhões maior do que o registrado em 31 de dezembro de 2020, resultado do aumento do endividamento para financiar a compra da Pier8, da participação adicional na New Retail e para capital de giro.

Capex

No 1T21, o capex total da Companhia foi de R\$14,3 milhões, um aumento de 63,7% em relação ao 1T20, relacionado principalmente com o investimento em projetos de tecnologia de R\$10,0 milhões e investimento em infraestrutura de R\$4,3 milhões no período, para expansão e automatizações dos nossos centros de distribuição.

Capex (R\$ milhões)	1T21	1T20	% Δ
Tecnologia	10,0	6,2	60,7%
Infraestrutura	4,3	2,5	71,1%
Capex total	14,3	8,7	63,7%

Reconciliação do EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)	1T21	1T20	% Δ
Lucro (Prejuízo) do exercício	3,9	(7,9)	n.a.
Depreciação	7,6	2,6	196,9%
Resultados financeiros líquidos	2,6	6,5	-59,4%
Imposto corrente	0,1	--	n.a.
EBITDA	14,2	1,1	1138,5%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>19,5%</i>	<i>2,6%</i>	<i>+16,8 p.p.</i>
Despesas relacionadas com fusões e aquisições	(15,0)	--	n.a.
Despesas relacionadas com programas de incentivo de longo prazo	2,0	0,1	1552,8%
Despesas relacionadas com o IPO	0,4	--	n.a.
Eventos não-recorrentes	(12,6)	0,1	n.a.
EBITDA Ajustado	1,5	1,3	20,9%
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>2,1%</i>	<i>2,9%</i>	<i>-0,8 p.p.</i>

O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado, representa uma medição não contábil que corresponde ao EBITDA deduzido da despesa não-recorrentes como as relacionadas com fusões e aquisições, despesas com programas de incentivo de longo prazo, e despesas extraordinárias relacionadas com o IPO.

Relacionamento com auditores independentes

Em conformidade da instrução CVM n. 381/03 informamos que a Companhia consultou os auditores independentes KPMG Auditores Independentes no sentido de assegurar o cumprimento das normas emanadas pela Autarquia, bem como a Lei de Regência da profissão contábil, instituída por meio do Decreto Lei 9.295/46 e alterações posteriores.

Também foi observado o cumprimento da regulamentação do exercício da atividade profissional emanada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as orientações técnicas emanadas do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

A Companhia adotou o princípio fundamental de preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência de auditar os seus próprios serviços, e tão pouco de terem participado de qualquer função de gerência da Companhia.

A KPMG Auditores Independentes estava contratada para execução de serviços de auditoria do exercício corrente e de revisão das informações trimestrais do mesmo exercício.

infra.commerce

Teleconferência de resultados

Segunda-feira, 17 de maio de 2021

12h00 (horário de Brasília) | 11h00 (EST)

Brasil: +55 11 3181 8565 ou +55 11 4210 1803

Estados Unidos: +1 412 717 9627

Código de acesso: Infracommerce

Webcast: ri.infracommerce.com.br

Replay:

+55 11 3193 1012 ou +55 11 2820 4012

Código: Infracommerce

Sobre a Infracommerce

A Infracommerce é uma empresa que fornece soluções para negócios digitais e foca no conceito de Customer Experience as a Service (CXaaS). Com foco na jornada de compra do consumidor, a empresa oferece soluções que simplificam as operações digitais de empresas B2C ou B2B, mantendo um nível de serviço excepcional na experiência do consumidor. Responsável pela administração do e-commerce de diversas marcas - desde mercado de luxo a grandes varejistas, multimarcas e indústrias - a companhia possui tecnologia e estrutura para atender as necessidades de qualquer tipo de negócio. Com presença no México, Colômbia, Chile e Argentina, mais de 1.000 funcionários e 83 mil m² de galpões próprios e dark stores estrategicamente localizadas no país, foi premiada como a Melhor Operação Logística, pelo E-commerce Brasil; Melhor Empresa de Soluções Digitais, pela ABCOMM; Melhor Empresa para Trabalhar, pela GPTW; e Melhor Empresa de Full Service, pelo Ewards. Para mais informações, visite ri.infracommerce.com.br.

Contatos

Relações com Investidores

Tel: +55 11 3848-1313

investor@infracommerce.com.br

Relações com a Imprensa

Tel: +55 11 98244-4516

infracommerce@fsb.com.br

Balanço patrimonial

(R\$ milhões)	1T21	1T20	% Δ	4T20	% Δ
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	39,8	20,5	93,9%	67,3	-40,8%
Contas a receber	118,2	60,4	95,6%	99,8	18,4%
Adiantamentos de fornecedores	42,8	57,7	-25,8%	38,2	12,0%
Impostos a recuperar	23,5	16,3	44,7%	13,1	79,9%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3,7	1,6	132,5%	5,8	-34,9%
Despesas pagas antecipadamente	5,9	1,0	502,7%	0,8	671,4%
Outras contas a receber	1,0	2,0	-53,1%	6,6	-85,5%
Total do ativo circulante	234,9	159,5	47,3%	231,5	1,5%
Não circulante					
Impostos a recuperar	34,1	5,0	582,7%	26,5	28,4%
Depósitos judiciais	0,1	0,1	41,9%	0,1	25,7%
Investimentos	0,5	7,9	-94,0%	7,9	-93,9%
Imobilizado	25,4	13,7	85,0%	22,0	15,6%
Intangível	239,8	30,4	688,2%	106,0	126,2%
Direito de Uso	42,1	28,7	46,3%	26,9	56,2%
Total do ativo não circulante	341,8	85,9	298,1%	189,4	80,5%
Total do ativo	576,8	245,4	135,0%	420,9	37,0%
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	127,6	113,1	12,8%	161,2	-20,8%
Risco sacado	28,7	0,0	n.a.	0,0	n.a.
Adiantamento de clientes	0,2	0,0	n.a.	0,8	-78,6%
Salários, encargos e provisão para férias	28,3	13,9	103,5%	16,6	70,4%
Impostos a pagar	16,7	4,5	272,7%	8,1	106,6%
Empréstimos e financiamentos	42,1	6,8	520,2%	30,3	39,2%
Passivo de arrendamento	11,7	4,6	152,1%	7,9	48,8%
Mútuo a pagar para partes relacionadas	--	8,9	n.a.	8,5	n.a.
Contas a pagar pela combinação de negócios	12,0	0,0	n.a.	6,0	100,0%
Outras contas a pagar	13,5	3,5	279,3%	0,1	24831,5%
Total do passivo circulante	280,7	155,4	80,6%	239,4	17,3%
Não circulante			0,0%		
Empréstimos e financiamentos	38,0	0,0	n.a.	41,6	-8,9%
Passivo de arredamento	26,4	26,3	0,6%	23,9	10,7%
Contas a pagar pela combinação de negócio	54,8	0,0	n.a.	23,0	138,5%
Outras contas a pagar	34,2	0,0	n.a.	26,6	28,3%
Provisões para contingências	8,2	7,8	5,3%	7,4	11,6%
Impostos diferidos	4,4	0,0	n.a.	0,0	n.a.
Instrumentos financeiros	50,9	0,0	n.a.	0,0	n.a.
Total do passivo não circulante	216,9	34,1	536,4%	122,5	77,1%
Total do patrimônio líquido	79,1	55,9	41,5%	59,0	34,0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	576,8	245,4	135,0%	420,9	37,0%

Demonstração do fluxo de caixa

(R\$ milhões)	1T21	1T20	% Δ
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	3,9	(7,9)	n.a.
Ajustes não-caixa:			
Depreciação de imobilizado	0,9	0,4	104,4%
Amortização de intangível	3,6	1,0	265,5%
Depreciação do direito de uso	3,1	1,1	172,8%
Juros sobre arrendamentos	1,0	0,1	740,2%
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	(0,1)	(0,0)	n.a.
(Reversões) provisões para contingências	1,0	0,0	2793,9%
Juros sobre empréstimos	0,7	0,1	768,4%
Ajuste a valor presente	0,1	--	n.a.
Remuneração pós-combinação	3,5	--	n.a.
Transações de pagamentos baseados em ações, liquidável em ações	0,8	0,1	577,2%
Variação cambial não realizada	1,3	--	n.a.
Resultado na remensuração investimento	(18,6)	--	n.a.
Varição nos ativos e passivos operacionais	1,2	(5,0)	n.a.
Contas a receber	23,5	29,2	-19,5%
Adiantamentos de fornecedores	(4,6)	(20,6)	-77,8%
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a recuperar	(6,1)	(0,6)	926,9%
Outras contas a receber	9,2	(0,8)	n.a.
Despesas pagas antecipadamente	(5,1)	(0,3)	1799,3%
Depósitos judiciais	(0,0)	0,1	n.a.
Fornecedores	(76,2)	(2,6)	2879,3%
Risco sacado a pagar	28,7	--	n.a.
Adiantamento de clientes	(0,7)	(4,5)	-85,1%
Salários, encargos e provisão para férias	11,7	4,1	183,3%
Impostos a pagar	8,6	(2,3)	n.a.
Outras contas a pagar	6,1	0,5	1176,9%
Pagamento de contingências	(0,1)	(0,2)	-39,0%
Juros pagos sobre arrendamentos	(1,0)	(0,1)	740,2%
Juros pagos sobre empréstimos	(0,6)	(0,2)	255,9%
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	(5,4)	(3,1)	n.a.
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(4,3)	(2,5)	71,1%
Aquisição de intangível	(10,0)	(6,2)	60,7%
Aquisição de participação em não controlada	(11,3)	--	n.a.
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(25,6)	(8,7)	192,9%
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital	9,9	23,2	-57,1%
Captação de empréstimos e financiamentos	20,0	3,5	473,7%
Pagamento de principal de empréstimos	(11,9)	(12,4)	-4,3%
Captação de mútuo com partes relacionadas	--	4,2	n.a.
Pagamento de mútuo com partes relacionadas	(2,6)	--	n.a.
Pagamento de principal de arrendamentos	(11,9)	(1,3)	800,8%
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	3,6	17,1	-79,2%
Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(27,4)	5,2	n.a.
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	67,3	15,3	339,3%
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	39,8	20,5	93,9%
Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(27,4)	5,2	n.a.

Glossário

B2B (*Business-to-business*): Comércio estabelecido entre empresas.

B2C (*Business-to-customer*): Comércio efetuado diretamente entre a empresa produtora, vendedora ou prestadora de serviços e o consumidor final.

CAPEX: Montante investido na aquisição (ou introdução de melhorias) de bens de capital.

***Customer Experience as a Service (CXaaS)*:** Valorização da experiência do consumidor em todos os canais de relacionamento de nossos clientes.

GMV (*Gross Merchandise Volume*): Volume bruto de transação das mercadorias em nosso ecossistema.

Guide Shops: Lojas físicas, com mostruário, mas sem estoque, nas quais o cliente pode fazer as suas compras de forma online, experimentar os produtos e recebê-los em casa.

EBITDA: Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

TPV (*Total Payment Volume*): Volume transacionado pelos meios de pagamento.

Este documento pode conter certas declarações e informações relacionadas à Infracommerce CXAAS S.A., isoladamente ou em conjunto com as demais sociedades do seu grupo econômico ("Companhia"), que refletem as visões atuais e/ou expectativas, estimativas ou projeções da Companhia e de sua administração com respeito a sua performance, seus negócios e eventos futuros. Declarações prospectivas incluem, sem limitação, qualquer declaração que possua previsão, indicação ou estimativas e projeções sobre resultados futuros, performance ou objetivos, bem como palavras como "acreditamos", "antecipamos", "esperamos", "estimamos" e "projetamos", entre outras palavras com significado semelhante. Embora a Companhia e sua administração acreditem que tais declarações prospectivas são baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a riscos, incertezas e eventos futuros e são emitidas à luz de informações que estão atualmente disponíveis na data em que emitidas. Tais declarações prospectivas se referem apenas à data em que foram emitidas, e a Companhia não se responsabiliza por atualizá-las ou revisá-las publicamente após a distribuição deste documento, por qualquer razão ou motivo, inclusive em virtude de novas informações ou eventos futuros.

Diversos fatores, incluindo os riscos e incertezas supramencionados, podem fazer com que as circunstâncias e eventos prospectivos discutidos neste documento não ocorram, e, em consequência, os resultados futuros da Companhia podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos nessas declarações prospectivas. Declarações prospectivas envolvem riscos e incertezas e não são garantias de eventos futuros. Portanto, os investidores não devem tomar nenhuma decisão de investimento com base nas declarações prospectivas eventualmente aqui contidas.

O mercado e as informações de posição competitiva, incluindo eventuais projeções de mercado citadas ao longo deste documento, foram obtidas por meio de pesquisas internas, pesquisas de mercado, informações de domínio público e publicações empresariais. Apesar de não termos razão para acreditar que qualquer destas informações ou relatórios sejam imprecisos em qualquer aspecto relevante, tais informações não foram verificadas de forma independente. A Companhia não se responsabiliza pela veracidade de tais informações.

Certas porcentagens e outros valores incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a sua apresentação. As escalas dos gráficos dos resultados podem figurar em proporções diferentes, para otimizar a demonstração. Dessa forma, os números e os gráficos apresentados podem não representar a soma aritmética e a escala adequada dos números que os precedem, e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras.

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores da

Infracommerce CXaaS S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Infracommerce CXaaS S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Carlos da Costa Lima Junior
Contador CRC 1SP243339/O-9

Infracommerce CXaaS S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020			31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8	-	39.803	67.250	Fornecedores	13	817	6	127.592	161.171
Contas a receber	6	-	-	118.195	99.804	Risco sacado a pagar	18	-	-	28.688	-
Adiantamentos de fornecedores	7	-	-	42.822	38.241	Adiantamento de clientes	-	-	-	180	843
Impostos a recuperar	8	-	-	23.543	13.086	Salários, encargos e provisão para férias	-	-	-	28.275	16.598
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	-	3.743	5.752	Impostos a pagar	35	-	-	16.693	8.081
Despesas pagas antecipadamente	-	735	-	5.870	761	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	42.135	30.262
Outras contas a receber	-	-	-	956	6.600	Arrendamento	12	-	-	11.712	7.873
Total do ativo circulante		743	-	234.932	231.494	Mútuo a pagar para partes relacionadas	-	-	-	-	8.492
						Contas a pagar pela combinação de negócio	16	-	-	12.000	6.000
						Outras contas a pagar	17	2.323	-	13.463	54
						Total do passivo circulante		3.175	6	280.738	239.374
Não circulante						Não circulante					
Mútuo a receber de partes relacionadas	24	2.306	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	37.959	41.647
Impostos a recuperar	8	-	-	34.074	26.533	Arrendamento	12	-	-	26.422	23.864
Depósitos judiciais	-	-	-	88	70	Impostos diferidos	-	-	-	4.443	-
Investimentos em coligadas	9b	-	-	479	7.914	Instrumentos financeiros	24	50.938	-	50.938	-
Investimentos em controladas	9a	177.307	59.038	-	-	Contas a pagar pela combinação de negócio	16	34.834	-	54.771	22.964
Imobilizado	10	-	-	25.388	21.962	Outras contas a pagar	17	-	-	34.183	26.645
Intangível	11	-	-	239.763	106.011	Provisão para passivo a descoberto	9a	12.319	-	-	-
Direito de uso	12	-	-	42.051	26.918	Provisões para contingências	15	-	-	8.231	7.376
Total do ativo não circulante		179.613	59.038	341.843	189.408	Total do passivo não circulante		98.091	-	216.947	122.496
						Patrimônio líquido					
						Capital social	19	72.130	81.705	72.130	81.705
						Reserva de capital	-	3.685	(25.373)	3.685	(25.373)
						Ajuste de avaliação patrimonial	-	(440)	-	(440)	-
						Lucros acumulados	-	3.715	2.700	3.715	2.700
						Total do patrimônio líquido		79.090	59.032	79.090	59.032
Total do ativo		180.356	59.038	576.775	420.902	Total do passivo e do patrimônio líquido		180.356	59.038	576.775	420.902

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora	Consolidado	
	Nota	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2020
			-	
Receita líquida	20	-	72.755	43.138
Custo dos serviços prestados	21	-	(39.145)	(22.181)
Lucro Bruto		-	33.610	20.957
Despesas comerciais	21	(3)	(1.057)	(812)
Despesas administrativas	21	(769)	(44.605)	(23.321)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	18.624	18.521	1.734
Lucro (prejuízo) antes das despesas financeiras líquidas e impostos		17.852	6.469	(1.442)
Despesas financeiras	22	(1.530)	(4.323)	(6.468)
Receitas financeiras	22	-	1.703	7
Resultados financeiros líquidos		(1.530)	(2.620)	(6.461)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	9	(12.455)	93	27
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		3.867	3.942	(7.876)
Imposto corrente		-	(75)	-
Lucro (prejuízo) do período		3.867	3.867	(7.876)
Lucro (prejuízo) por ação básica e diluída	26	0,01627	0,01627	(0,03314)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2020
Lucro (prejuízo) do período	3.867	3.867	(7.876)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado			
Efeitos de conversão de moeda estrangeira	(440)	(440)	36
Resultados abrangente do período	<u>3.427</u>	<u>3.427</u>	<u>(7.840)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total do acervo líquido	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020		-	-	-	40.646	(87)	40.559
Prejuízo do período		-	-	-	(7.876)	-	(7.876)
Ajuste de conversão em controladas		-	-	-	-	36	36
Total de resultados abrangentes do período		-	-	-	(7.876)	36	(7.840)
Contribuições dos acionistas		-	-	-	-	-	-
Aumento de capital		-	-	-	23.182	-	23.182
Saldo em 31 de março de 2020		-	-	-	55.952	(51)	55.901
Saldo em 31 de dezembro de 2020		81.705	(25.373)	2.700	-	-	59.032
Lucro do período		-	-	3.867	-	-	3.867
Ajuste de conversão em controladas		-	-	-	-	(440)	(440)
Total de resultados abrangentes do período		-	-	3.867	-	(440)	3.427
Movimento da reserva de capital	19	(25.373)	25.373	-	-	-	-
Transações de pagamentos baseados em ações, liquidável em ações		-	833	-	-	-	833
Transferência do plano de pagamento baseado em ações	1.2	-	2.852	(2.852)	-	-	-
Aumento de capital - por dívida	1.2 / 19	5.860	-	-	-	-	5.860
Aumento de capital - por caixa	1.2 / 19	9.938	-	-	-	-	9.938
Saldo em 31 de março de 2021		72.130	3.685	3.715	-	(440)	79.090

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	Nota	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do período		3.867	3.867	(7.876)
Ajustes para:				
Depreciação de imobilizado	10	-	883	432
Amortização de intangível	11	-	3.593	983
Depreciação do direito de uso	12	-	3.118	1.143
Juros sobre arrendamentos	12	-	1.025	122
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos (Reversões) provisões para contingências	9	12.455	(93)	(27)
Juros sobre empréstimos	15	-	955	33
Ajuste a valor presente	14	-	660	76
Remuneração pós-combinação	2.1	-	98	-
Transações de pagamentos baseados em ações, liquidável em ações	27	654	3.528	-
Variação cambial não realizada		833	833	123
Resultado na remensuração de investimento	21	1.325	1.325	-
		(18.624)	(18.624)	-
		510	1.168	(4.991)
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber		-	23.476	29.166
Adiantamentos de fornecedores		-	(4.581)	(20.647)
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a recuperar		-	(6.100)	(594)
Outras contas a receber		-	9.202	(780)
Despesas pagas antecipadamente		(735)	(5.109)	(269)
Depósitos judiciais		-	(18)	113
Fornecedores		811	(76.210)	(2.558)
Risco sacado a pagar		-	28.688	-
Adiantamento de clientes		-	(663)	(4.464)
Salários, encargos e provisão para férias		-	11.677	4.122
Impostos a pagar		35	8.612	(2.261)
Outras contas a pagar		2.323	6.129	480
Pagamento de contingências	15	-	(100)	(164)
		2.944	(3.829)	(2.847)
Caixa gerado das (usado nas) atividades operacionais				
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais				
Juros pagos sobre arrendamentos	12	-	(1.025)	(122)
Juros pagos sobre empréstimos	14	-	(577)	(162)
		2.944	(5.431)	(3.131)
Fluxo de caixa gerado das (usado nas) atividades operacionais				
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	10	-	(4.309)	(2.518)
Aquisição de intangível	11	-	(9.985)	(6.212)
Mutuos concedido a parte relacionada		(2.306)	-	-
Aquisição de participação em controlada	2.1	(16.428)	(11.276)	-
		(18.734)	(25.570)	(8.730)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital	19	9.938	9.938	23.182
Captação de empréstimos e financiamentos	14	-	20.000	3.486
Pagamento de principal de empréstimos	14	-	(11.898)	(12.439)
Captação de mútuo com partes relacionadas		5.860	-	4.167
Pagamento de mútuo com partes relacionadas		-	(2.632)	-
Pagamento de principal de arrendamentos	12	-	(11.854)	(1.316)
		15.798	3.554	17.080
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento				
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa				
		8	(27.447)	5.219
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	67.250	15.308
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		8	39.803	20.527
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa				
		8	(27.447)	5.219

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Receitas	Controladora	Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2020
Receita Bruta	18.624	129.345	58.241
	18.624	129.345	58.241
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços de terceiros e outros	(799)	(43.406)	(21.973)
	17.825	85.939	36.268
Valor adicionado bruto			
Depreciação e amortização do exercício	-	(7.594)	(2.558)
	17.825	78.345	33.710
Valor adicionado líquido produzido			
Receitas financeiras e variações cambiais	-	1.703	7
Resultado de equivalência patrimonial	(12.455)	93	27
	5.370	80.141	33.744
Valor adicional total a distribuir			
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	(9)	34.891	21.141
Remuneração direta	(9)	25.489	15.272
Benefícios	-	4.172	4.898
F.G.T.S	-	1.084	800
Outros	-	4.146	171
	-	36.896	13.928
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	-	23.718	5.016
Estaduais	-	11.843	8.315
Municipais	-	1.335	597
	-	36.896	13.928
Remuneração de capital de terceiros	1.512	4.487	6.551
Aluguéis	-	164	83
Despesas financeiras	1.512	4.323	6.468
	1.512	4.487	6.551
Remuneração de capital próprio	3.867	3.867	(7.876)
Lucros retidos/(prejuízos) do período	3.867	3.867	(7.876)
	3.867	3.867	(7.876)
Valor adicionado distribuído	5.370	80.141	33.744

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais – R\$)

1 Contexto operacional

A Infracommerce CXaaS S.A. (“IFC” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, que foi constituída em 15 de setembro de 2020. A Companhia tem como objeto social a participação em sociedades de *e-commerce* e outros serviços relacionados ao comércio eletrônico. A Companhia se propõe a oferecer soluções digitais para marcas e indústrias liderarem suas jornadas de digitalização. A partir de um ecossistema digital *white label*, a Companhia apoia empresas em diferentes níveis de maturidade na jornada digital, contribuindo para que elas subam para o próximo nível de digitalização de seus negócios. Este ecossistema é composto por três grandes blocos:

- (i) tecnologia *omnichannel*;
- (ii) *fulfillment*; e
- (iii) *fintech*.

Nossa tecnologia conta com um ecossistema centrado na experiência do usuário, a partir de soluções integradas e plataformas flexíveis de acordo com a necessidade de nossos clientes em cada um dos níveis de suas respectivas jornadas digitais. Nossas soluções digitais integradas oferecidas aos nossos clientes compreendem, mas não se limitam, as seguintes atividades:

- (i) Plataformas de *e-commerce* para B2C e B2B, com inteligência de vendas, soluções *omnichannel*, *social commerce* e *marketplace*;
- (ii) Um conjunto de soluções de inteligência logística dentro do nosso serviço de *fulfillment* (“*fulfillment 3.0*”) composto por múltiplos centros de distribuição e *dark stores*, *tracking* de pedidos e gestão de fretes;
- (iii) Gestão de pagamentos por meio de nossa *fintech*, onde nossos clientes se beneficiam de um *gateway* de pagamento certificados pelo PCI, com gestão processo de contas a receber e financiamento comercial.

Todos esses componentes fazem parte da oferta de soluções integradas para *e-commerce*, compondo o nosso ecossistema digital *white label*.

1.1 Impactos da COVID-19 em nossas atividades

Com a disseminação da COVID-19 no início de 2020, os negócios e as atividades econômicas foram afetados em escala global. Nesse cenário de grandes incertezas, a Companhia instituiu um Comitê de Contingência interno para acompanhar a evolução da pandemia e tomar decisões importantes, com a definição de três prioridades: a saúde e segurança de nossos colaboradores, a continuidade da nossa operação e a manutenção de empregos. Dentro desses três pilares

escolhidos para enfrentarmos a crise, a Companhia tem tomado as seguintes medidas de curto prazo:

- a) Todos os colaboradores do escritório e do *call center* passaram a trabalhar no modelo de Home Office a partir do dia 16 de março de 2020, sem data prevista para retorno ao escritório;
- b) Colaboradores da logística, onde a necessidade de manuseio dos produtos e mercadorias exige presença física, passaram a seguir um detalhado protocolo de segurança;
- c) A Companhia disponibilizou álcool em gel em todas as salas e corredores tanto no Centro de Distribuição (CD) como nos escritórios da Infracommerce;
- d) Foram instalados equipamentos para medição de temperatura de todos os profissionais antes de entrar no CD e no escritório;
- e) A Companhia instruiu que seus colaboradores não visitem o escritório exceto em caso estritamente necessário;
- f) A Companhia intensificou a atividade de limpeza do escritório e CD, mesmo com a redução do número de colaboradores, sempre com utilização de álcool em diversos formatos para garantir a higienização máxima das instalações.

Além dessas medidas de curto prazo, a Companhia, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID-19, frente às suas demonstrações financeiras intermediárias. Abaixo elencamos as principais análises realizadas:

- a) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: as contas a receber da Companhia decorrente das vendas de produtos por e-commerce estão representadas principalmente por vendas financiadas por meio de operadoras de cartões de crédito. A Administração considera o risco de inadimplência baixo, pois nas vendas ao consumidor final é adotado procedimento pela Companhia processar os pedidos de vendas, somente após a aprovação e/ou confirmação do pagamento pelas operadoras de cartões de crédito ou quitação dos boletos bancários; e
- b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – “*impairment*”: a Companhia não identificou indicativos de *impairment* no período findo em 31 de março de 2021.

O governo vem tomando medidas para conter a propagação do vírus desde a segunda quinzena de março de 2020. O isolamento social recomendado, o fechamento obrigatório das lojas e a consequente redução do consumo nas lojas físicas passou a ser amplamente adotado a partir de abril de 2020, e contribuiu para impulsionar as vendas on-line, alavancando a receita da Companhia e o número de usuários do serviço de *e-commerce*.

1.2 Reestruturação societária

Em 15 de setembro de 2020, a Infracommerce CXaaS S.A foi constituída, com o objetivo de ser a *holding* não-operacional consolidadora do resultado de todo o Grupo. Anteriormente, a Infracommerce Ltd, localizada nas Ilhas Cayman, operava como uma *holding* não-operacional para as empresas do Grupo. Na mesma data, a subsidiária direta da Infracommerce Ltd, denominada Infracommerce LLC, cedeu para a Companhia 100% dos investimentos nas sociedades: (i) Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.; (ii) Inframedia Soluções em Informática Ltda – EPP; (iii) Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda; (iv)

Infracommerce Negocios y Soluciones en Internet MX; (v) Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda; (vi) Finago Administração de Pagamentos Ltda; e (vii) New Retail Limited, mantendo o Grupo ora apresentado inalterado.

Essa reestruturação corporativa não impactou:

- O grupo de controle: uma vez que os acionistas que controlavam diretamente a Infracommerce Ltd antes da reestruturação societária mantiveram este controle (indiretamente pela Infracommerce CXaaS) após a reestruturação societária;
- As atividades operacionais da Infracommerce Ltda (empresa que representa 90% do Grupo) continuaram operando da mesma forma, imediatamente antes e após a reestruturação societária.

Em fevereiro de 2021 a Companhia concluiu a última etapa da reestruturação do Grupo, onde a Infracommerce CXaaS S.A. incorporou as entidades IFC LLC, IFC Holding e IFC Ltd, passando a ser a holding que consolida todo o Grupo a partir de então.

O critério utilizado para avaliação do acervo líquido das Incorporadas foi o valor patrimonial dos bens, direitos e obrigações, declarados no balanço patrimonial.

Os saldos das empresas incorporadas na data de incorporação eram R\$ 8.183 de partes relacionadas, R\$ 2.323 de outras contas a pagar e R\$ 9.938 de caixa. O valor de R\$ 5.860 de partes relacionadas e R\$ 9.938 de caixa foram utilizados no aumento de capital da Companhia conforme demonstrado na mutação do patrimônio líquido. Os demais saldos foram incorporados e estão apresentados no balanço patrimonial da Companhia (R\$ 2.323 em outras contas a pagar, R\$ 2.313 em mútuo a receber de partes relacionadas, R\$ 10 no caixa e R\$ 2.852 do plano de remuneração baseado em ações).

Descrição	Valor
Patrimônio líquido da CXaaS antes da incorporação	59.032
Aumento através de aporte de capital	9.938
Aumento do patrimônio líquido da CXaaS através da incorporação reversa	5.860
Patrimônio líquido da CXaaS após a incorporação	74.830

2 Lista de entidades consolidadas

A lista a seguir descreve todas as entidades relevantes da Companhia, incluindo controladas e não controladas.

Controladas	Abreviação	País	Participação	Controladora	Participação acionária	
					2021	2020
Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.	IFC Ltda.	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Inframedia Soluções em Informática Ltda – EPP	Inframedia	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda.	IFC Varejo	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Infracommerce Negocios Y Soluciones en Internet MX	IFC MEX	México	Direta	IFC	100%	100%
Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda.	IFS Ltda	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Finago Administração de Pagamentos Ltda.	Finago	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Pier 8 Serviços de Varejo Ltda	Pier 8	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	100%
Armazens Gerais Furusho & Salzano Ltda	Armazem	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	100%
New Retail Limited (a)	New Retail	Cayman	Direta	IFC	61,44%	-
New Retail LLC (a)	NR LLC	Delaware	Indireta	New Retail	100%	-
Brandlive Argentina S.A.(a)	Brandlive	Argentina	Indireta	New Retail	99%	-
BL 360 S.A. (a)	BL 360	Argentina	Indireta	Brandlive	100%	-
Participação em não controlada						
New Retail Limited (a)	New Retail	Cayman	Direta	IFC	-	21,44%
Brandlive Colômbia SAS (a)	BL Colômbia	Colômbia	Indireta	Brandlive	40%	-

(a) Empresas que tiveram alteração na participação acionária no período, conforme aquisição no dia 29 de janeiro de 2021, conforme detalhado na nota 2.1.ii.

2.1 Aquisição de subsidiárias

Combinações de negócios são contabilizados usando o método de aquisição. A consideração transferida na aquisição é geralmente medida no valor justo, assim como os ativos líquidos adquiridos e os passivos assumidos. Todo o ágio gerado por expectativa de rentabilidade futura é testado anualmente para fins impairment. Os custos da transação são registrados conforme ocorrem diretamente na demonstração do resultado, exceto se relacionado à emissão de dívidas ou ações.

Contraprestação contingente serão consideradas dependendo do atingimento de metas dentro de um período fixo. As estimativas de desempenho futuro são necessárias para calcular as obrigações no momento da aquisição e em cada data de relatório subsequente. Além disso, estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Ativos intangíveis, como carteira de clientes, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível.

Mensuração do valor justo

Na mensuração do valor justo, foram utilizadas técnicas de valoração considerando preços de mercado para ativos semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. Nas projeções realizadas foram utilizadas as taxas reais.

Por se tratar de uma mensuração preliminar do valor justo, se novas informações obtidas no prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, indiquem ajustes nos valores acima mencionados, ou qualquer provisão adicional que existisse na data da aquisição, a contabilização da aquisição será revisada. A expectativa da administração é que apenas medições de intangíveis possam ter algum impacto em relação a esta avaliação preliminar.

i) Aquisição Pier 8 e Armazéns:

Em 23 de dezembro de 2020, a subsidiária IFC Ltda adquiriu 100% das ações da Pier 8 Serviços e Varejo Ltda, e da Armazéns Gerais Furusho & Salzano Ltda., em conjunto “Pier 8”.

A Pier 8 é uma provedora brasileira de serviços de marketing e logística para e-commerce, incluindo soluções multiplataforma, *business intelligence* de atendimento ao cliente, operação de armazenamento, gestão de transporte e omnichannel, semelhantes ou complementares aos prestados pelo Grupo, porém atendendo a um base de clientes de médio porte.

A aquisição proporciona ao Grupo maior escala, sinergias de custos e receitas, acesso a uma base de clientes menores e uma equipe qualificada. O Grupo entende que o *core business* da Pier8 e do Grupo são similares, reduzindo significativamente os riscos operacionais e permitindo uma expansão mais rápida da rede logística, além dos benefícios listados acima.

O preço fixo de aquisição foi de R\$ 41.190, a ser liquidado nos termos e condições constantes do instrumento de aquisição, conforme demonstrado a seguir. O preço fixo será pago em quatro parcelas, conforme segue:

- (i) R\$ 23.190 pagos em 29 de dezembro de 2020;
- (ii) R\$ 6.000 após 6 meses da data de fechamento;
- (iii) R\$ 6.000 após 12 meses da data de fechamento; e
- (iv) R\$ 6.000 após 18 meses da data de fechamento.

Impactos no fluxo de caixa

O total pago até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$23.190.

Os principais acionistas e executivos da Pier8 continuarão no comando das operações por pelo menos um ano e terão direito a um valor adicional (*Earn-out*) de acordo com o desempenho da Pier8 em 2021. O valor do *earn-out* depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 0 e R\$ 30.000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R \$ 23.000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e rentabilidade para 2021, a mesma utilizada para apurar o fluxo de caixa descontado da combinação de negócios, as quais foram feitas utilizando como base taxa real. O Grupo estima que o cumprimento do plano estratégico aprovado vai chegar na faixa em que o Grupo deverá pagar R\$ 23.000.

Há uma condição para que todos os ex-acionistas permaneçam na Pier 8 até 31 de dezembro de 2021 como executivos ou prestando serviços como consultores. Se algum deles deixar a Pier8 ou parar de prestar serviços à Pier8, será aplicado um desconto ao cálculo do earn out da seguinte forma:

- 50% se algum deles deixar a Pier8 ou interromper a prestação de serviços para a Pier 8 até 31 de março de 2021;
- 40% se algum deles deixar a Pier8 ou interromper a prestação de serviços para a Pier 8 até 31 de maio de 2021;
- 30% se algum deles deixar a Pier8 ou interromper a prestação de serviços para a Pier 8 até 31 de julho de 2021;
- 20% se algum deles deixar a Pier8 ou interromper a prestação de serviços para a Pier 8 até 30 de setembro de 2021; e
- 10% se algum deles deixar a Pier8 ou interromper a prestação de serviços para a Pier 8 até 31 de dezembro de 2021.

Parte do *earn out* está relacionada à remuneração a ser paga aos ex-proprietários da adquirida para que prestem serviços à Pier8 durante esse período, já que o *earn out* será parcialmente perdido no caso de algum deles sair ou deixar de prestar serviços à Pier8 como descrito acima. Então, a Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de negócios, o montante de R\$ 11.500 desta contraprestação contingente a ser reconhecida como parte da combinação de negócios e R\$ 11.500 como transação separada representada pela remuneração por serviços pós-combinação, a ser reconhecido como custo de remuneração durante o período de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, numa base mensal. Nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2021 o efeito registrado no resultado na rubrica despesas administrativas foi de R\$ 2.874.

a Contraprestação transferida

Valor fixo	41.190
Contraprestação contingente	<u>10.964</u>
Total de contraprestação transferida	<u>52.154</u>

b Ativos identificados e passivos assumidos

A Companhia apresentou a alocação do valor justo em 2020 como segue:

	Grupo Pier8 - Consolidado
	23 de dezembro de 2020
Ativos	12.609
Passivos	<u>(10.630)</u>
Valor líquido dos ativos identificados	<u>1.979</u>

	Na data de aquisição
Caixa e equivalente de caixa	76
Contas a receber	976
Outros ativos	194
Direito de uso	5.024
Imobilizado	1.151
Intangível (a)	5.188
Fornecedores	(1.370)
Arrendamentos	(5.024)
Empréstimos e financiamentos	(2.047)
Outros passivos	(2.189)
Valor líquido de ativos assumidos (i)	1.979

(i) Como a empresa adquiriu 100% dos direitos de voto, está sob o controle da empresa a incorporação das operações no futuro. A Companhia pretende realizar a incorporação das operações para aproveitar o benefício fiscal decorrente dessa operação. Portanto, por este motivo, nenhum imposto de renda diferido foi reconhecido.

As demonstrações de resultados consolidadas incluem, desde a respectiva data de aquisição, receitas líquidas e lucros não significativos das subsidiárias devido ao fato da data de aquisição ter sido próxima do fim do exercício.

Caso as subsidiárias adquiridas fossem consolidadas desde 1º de janeiro de 2020, a demonstração do resultado consolidada do período findo em 31 de março de 2020 teria uma receita líquida de R\$ 51.575 e prejuízo de R\$ 859.

c Ágio

O valor justo na data de aquisição do ágio consiste de:

Contraprestação transferida	52.154
Valor líquido dos ativos adquiridos a valor justo (a)	1.979
Ágio – Nota 11	50.175

O ágio apurado na aquisição totaliza R\$ 50.175, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio líquido das empresas adquiridas.

O ágio é atribuível principalmente às habilidades e relacionamento com os clientes que as empresas adquiridas têm no mercado de médio porte e as sinergias que se espera obter com a integração das empresas nos negócios do Grupo.

(a) A técnica de avaliação usada para mensurar o valor justo do principal ativo adquirido, que é a carteira de os clientes, segue o método de excedente de lucro de vários períodos. Este método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera que sejam gerados pela relação com os clientes, excluindo quaisquer fluxos de caixa relacionados com ativos contributivos.

ii) Aquisição New Retail:

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 40% das ações da New Retail Company. A Companhia já possuía 21,44% dela, assim a Companhia totaliza 61,44% agora. A aquisição dessa participação adicional traz o controle para a Companhia sobre a New Retail.

A aquisição proporciona ao Grupo maior escala na América Latina, sinergias de custos e receitas, acesso a uma base de clientes e uma equipe qualificada, gerando crescimento interno e externo.

O preço fixo de aquisição foi de US\$ 9.000 mil (equivalente a R\$ 49.283), a ser liquidado em 3 parcelas de acordo com os termos e condições estabelecidos no instrumento de compra, conforme abaixo:

- (i) USD 3.000 mil (equivalente a R\$ 16.428) pago na data do fechamento da operação;
- (ii) USD 3.000 mil (equivalente a R\$ 16.428) a ser pago em Março de 2022;
- (iii) USD 3.000 mil (equivalente a R\$ 16.428) a ser pago em Março de 2023.

Conforme cláusula do contrato de compra e venda o valor da terceira parcela deverá ser antecipado e pago junto com a segunda parcela visto que o “*IPO*” ocorreu em 04 de maio de 2021.

Impactos no fluxo de caixa

O total pago até 31 de janeiro de 2020 foi de R\$16.428. O total apresentado nas demonstrações de fluxo de caixa consolidadas é o valor de R\$ 11.276, referente ao valor pago líquido do caixa da companhia adquirida de R\$ 5.152.

Call Option e Put Option

No contrato de compra e venda assinado entre as partes existe uma estrutura de *put/call option* em relação à participação remanescente dos controladores anteriores.

Ambas as opções de compra e venda são calculadas a partir de um desconto em relação ao múltiplo de valor de mercado sobre a receita líquida da Companhia, o qual será aplicado sobre a receita líquida da New Retail.

O exercício do *call option* se inicia em março de 2022 com base nos números financeiros de 2021 e pode ser exercido a qualquer momento desde que exercida a totalidade da participação remanescente de 38,56%, pelo valor a ser calculado com base no múltiplo definido sobre a receita líquida dos 12 meses do exercício anterior ao exercício da opção de compra.

O desconto inicial é de 20% e vai reduzindo ao longo dos anos (2,5% por ano) até atingir o patamar de 10%.

O *call option* tem um *valuation floor* de USD 27.000 mil (equivalente a R\$ 152.550) que aumenta 20% ao ano.

O contrato ainda prevê uma cláusula de penalidade em função da saída dos fundadores da gestão da empresa, onde será aplicado um desconto de 20% sobre o valor calculado da *call option* caso qualquer um dos quatro fundadores deixe a empresa no ano de 2022, decrescendo em 5% em cada um dos períodos subsequentes (15%, 10% e 5%) até chegar a zero em 2026. O percentual de desconto será multiplicado pela quantidade de fundadores que deixar a empresa no mesmo exercício, ou seja, percentual de desconto máximo de 80%, 60%, 40% e 20%, respectivamente.

O exercício do *put option*, por sua vez, inicia-se em Março 2023, baseado na receita líquida do exercício anterior ao do exercício da *put*, e pode ser exercido em 4 tranches de 9,64% ao ano, percentual de participação esse que caso não exercido em totalidade pelos fundadores da New Retail em cada um dos períodos, pode ser acumulado para o período subsequente de exercício da *put*, até o último ano previsto de exercício no contrato (2026). O desconto do múltiplo de receita líquida do *put option* começa em 30% e decresce ao longo dos anos até o patamar de 20%. O desconto da *put option* pode variar em função de algumas variáveis, como crescimento da receita líquida e margem EBIT (ambos indicadores da New Retail).

A cláusula de penalidade mencionada acima aplicável ao *call option* também se aplica à *put option*, sendo que os percentuais de desconto são os seguintes: 15% caso qualquer fundador saia em 2023, 10% caso qualquer fundador saia em 2024 e 5% caso qualquer fundador saia em 2025. O percentual de desconto também será multiplicado pela quantidade de fundadores que deixar a empresa no mesmo exercício, ou seja, percentual de desconto máximo de 60%, 40% e 20% para a *put option* neste caso, respectivamente.

A Companhia adotou o método de aquisição antecipada, no qual é reconhecida a consolidação da empresa em 100%. Neste caso, a Companhia registrou o passivo financeiro decorrente da *put option* em contrapartida do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Com o método de aquisição antecipada a *call option* não foi registrada conforme determinado pela norma contábil CPC 36 / IFRS 10 e o passivo financeiro referente a *put option* foi estimado pelo *fair value* das opções, utilizando a taxa média de desconto de 7,44%, possibilitando a mensuração do valor justo do passivo. O valor total da *put option* foi estimado em R\$ 70.254.

Parte da *put option* está relacionada à remuneração a ser paga aos fundadores da adquirida, já que o contrato possui a cláusula de penalidade em caso de não permanência deles, conforme descrito acima. Então, a Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de negócios, o montante de R\$ 50.938 como parte da combinação de negócios a título da *put option*, registrado na rubrica de Instrumentos financeiros, e R\$ 19.316 a ser reconhecido como transação separada representada pela remuneração pós-combinação, a ser reconhecido como custo de remuneração durante o período de 1 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025, numa base mensal. No período findo em 31 de março de 2021 o total da despesa registrada na rubrica de despesas administrativas foi de R\$ 654.

a) Ativos identificados e passivos assumidos

A Companhia apresentou a alocação do valor justo em 2021 como segue:

	New Retail
	29 de janeiro de 2021
Ativos	69.653
Passivos	(48.607)
	21.046

	Na data da aquisição
Caixa e equivalente de caixa	5.152
Contas a receber	41.867
Outros ativos	4.383
Direito de uso	1.047
Intangível	4.136
Carteira de clientes	13.068
Fornecedores	(42.631)
Passivo de arrendamento	(1.047)
Outros passivos	(5.976)
Valor líquido de ativos assumidos (i)	21.046

As demonstrações de resultados consolidadas intermediárias incluem, desde as respectiva data de aquisição, receitas líquidas e lucros não significativos da subsidiária devido ao fato da data de aquisição ter sido próxima do início do período.

Caso a subsidiária adquirida fosse consolidada desde 1º de janeiro de 2021, a demonstração do resultado do período findo em 31 de março de 2021 teria uma receita líquida de R\$ 75.956 e lucro de R\$ 3.881.

b) **Ágio**

O valor justo na data de aquisição do ágio preliminar consiste de:

Contraprestação transferida - Valor pago / à pagar	49.283
Contraprestação transf. - Remensuração da participação anterior	26.538
<i>Put option</i>	50.938
Imposto de renda diferido sobre os intangíveis identificados	4.443
Valor líquido dos ativos adquiridos a valor justo (a)	(21.046)
Ágio – Nota 11	110.156

O ágio apurado na aquisição totaliza R\$ 110.156, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida.

O ágio é atribuível principalmente às habilidades e relacionamento com os clientes que as empresas adquiridas têm no mercado de médio porte e as sinergias que se espera obter com a integração das empresas nos negócios do Grupo.

(a) A técnica de avaliação usada para mensurar o valor justo do principal ativo adquirido, que é a carteira de os clientes, segue o método de excedente de lucro de vários períodos. Este método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos, utilizando as taxas em bases reais, que se espera que sejam gerados pela relação com os clientes, excluindo quaisquer fluxos de caixa relacionados com ativos contributivos.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias – ITR.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias – ITR.

As informações relevantes nas demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo divulgadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2021.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é exigida pela Legislação Societária Brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. IFRS não requer a apresentação desta demonstração. Desta forma, para efeitos do IFRS, esta demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias.

a) Base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia antes da reestruturação societária (nota 1.2)

Conforme mencionado no tópico acima 1.2, a Infracommerce CXaaS S.A. foi criada em setembro de 2020 com o intuito de ser a controladora final que consolidará todas as empresas do Grupo. Com isso, após a sua criação a Companhia recebeu da Infracommerce LLC contribuição de todos investimentos das empresas operacionais do Grupo (nota 2). Como todas as empresas do grupo listadas na nota 2 estavam sob controle e administração comuns, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas estão sendo apresentadas como se a reorganização societária, portanto a criação da Infracommerce CXaaS S.A., tivesse ocorrida em 1º de janeiro de 2020, para refletir o lucro (prejuízo), outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo.

Em 31 de março de 2021, a Companhia detém 100% das ações das entidades conforme listado na nota 2. Como tal, seus efeitos estão sendo apresentados de forma comparativa para todos os períodos apresentados.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A tabela a seguir apresenta a moeda funcional de cada empresa do grupo:

Companhia	Moeda funcional
IFC CXaaS	Real Brasileiro
IFC Ltda.	Real Brasileiro
Inframedia	Real Brasileiro
IFC Varejo.	Real Brasileiro
IFC MEX	Peso Mexicano
IFS Ltda.	Real Brasileiro
Finago	Real Brasileiro
Pier 8	Real Brasileiro
Armazem	Real Brasileiro
New Retail	Peso Argentino
NR LLC	Peso Argentino
Brandlive	Peso Argentino
BL 360	Peso Argentino
BL Colômbia	Peso Colombiano

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 20 - receita de comissão: determinação quando a Companhia atua como agente na transação;

Nota 12 - prazo do arrendamento: se a Companhia tiver razoável certeza de exercer as opções de extensão.

Nota 2.1 - aquisição de controlada: pagamentos a ex-proprietários da adquirida.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 2.1 - aquisição de controlada: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória;

Mensuração do valor justo

Algumas das políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas

CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados de mercado observáveis, sempre que possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os *inputs* usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo se enquadram em níveis diferentes da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como o menor nível de entrada que seja significativo para toda a mensuração.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— **Nota 2.1** – aquisição de subsidiária

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias, a menos que esteja mencionado de outra forma.

4.1 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia.

Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos

adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relação pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são registradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, aos retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras intermediárias das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias, os investimentos nas controladas são reconhecidos utilizando o método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas em coligadas

Os investimentos da Companhia para não-controladores compreendem as participações em controladas e subsidiárias.

As coligadas são as entidades em que a Companhia, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controla ou controla conjuntamente, sobre políticas financeiras operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras intermediárias incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais intermediárias da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras intermediárias*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado da alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias são as seguintes:

	<u>Taxa de fechamento do câmbio</u>		
	Mar/21	Dez/20	Mar/20
Dólar Americano ("US\$")	5,6967	5,1961	5,1981
Peso Mexicano ("MXN\$")	0,2786	0,2608	0,2215
Peso Argentino ("AR\$")	0,0619	0,0617	0,0807

4.3 Receitas de contratos com clientes

As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável.

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma determinada receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Assim, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços do cliente. Determinar o momento da transferência de controle - em um determinado momento ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Receita de serviços

As receitas de serviços da Companhia compreendem toda gestão de *e-commerce* de seus clientes, incluindo, mas não se limitando à gestão de plataformas, gestão comercial, gestão de carteira de clientes, gestão logística e transporte, gestão do atendimento ao cliente e aos consumidores finais, registro de produtos e produção de conteúdo, gestão de mídia digital e gerenciamento de projetos digitais.

Há principalmente dois fluxos de receita que a Companhia segregava suas receitas: (i) receita de serviços (comissão) relacionados à venda de produtos dos clientes, que podem envolver um ou uma combinação de serviços prestados pela Companhia, mas sempre vinculados à venda do produto do cliente – a receita mais significativa da Companhia, e (ii) receita de outros serviços.

- (i) Para a receita de serviços relacionados à venda de produtos de seus clientes, a Companhia atua como um agente nos contratos firmados com seus clientes, nas transações que envolvem a venda de produtos do cliente, conforme CPC 47/IFRS 15. Como resultado da intermediação e prestação dos serviços a Companhia cobra uma comissão. Embora possa envolver serviços combinados, a obrigação de desempenho será cumprida com a venda de mercadorias do cliente, quando o produto do cliente é entregue ao consumidor final e o recebimento deste produto é aceito (em um momento específico – *at a point time*).

Principais pontos do contrato: (i) serviços que farão parte do escopo contratado do Cliente, como por exemplo, tecnologia *omnichannel*, *fullfilment* e *fintech*; (ii) a comissão que será cobrada ao aplicar o percentual sobre cada produto vendido no website do cliente ao consumidor final. Este percentual varia de acordo com a quantidade de serviços contratados; e (iii) condições de pagamento e transferência de recebimentos dos produtos vendidos (GMV).

- (ii) Outros serviços, que não estão vinculados ao serviço de gestão logística e de transportes dos produtos do cliente, são reconhecidos quando o valor de receita pode ser estimado de forma confiável, os prováveis benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia, e a etapa de conclusão da transação no final do período de relatórios pode ser mensurada de forma confiável, bem como quando seu valor e custos puderem ser mensurados confiavelmente. Os preços dos serviços são estabelecidos com base em ordens de serviços ou contratos. Todos os serviços são prestados em um curto período de tempo, principalmente dentro de um mês.

4.4 Adiantamento de fornecedores

Os acordos com os clientes deixam claro que mesmo que a Companhia compre / gereencie os produtos do cliente não há risco nem benefícios para a Companhia, uma vez que pode ser devolvido a qualquer momento em caso de término das operações e a Companhia não tem o poder para definir o preço e quantidade dos produtos do cliente, que são vendidos exclusivamente nos sites de seus clientes. No entanto, a Companhia entende que contratualmente a operação e o serviço para o cliente equivalem a atuar como um agente na transação, conforme explicado na nota 4.3.

Como consequência, o “adiantamento de fornecedores” é reconhecido ao custo de aquisição das notas fiscais emitidas pelo fornecedor de mercadorias, que também é cliente da Companhia, neste caso, contra a conta de "fornecedores". A Companhia possui os direitos legais sobre o "adiantamento de fornecedores" que somente é liquidado pelo custo de aquisição quando o produto do cliente é vendido e entregue ao consumidor final, e "fornecedores" são liquidados somente quando a Companhia recebe o valor do consumidor final pela venda.

4.5 Fornecedores - Risco sacado

O Grupo apresentou valores devidos pela compra de bens ou serviços, relacionados a operações de Reverse Factoring (essas operações também podem ser conhecidas como “forfait”, “confirming” ou “risco sacado”, dependendo das características) na rubrica de 'Fornecedores Risco Sacado' porque considera que a natureza ou função do passivo financeiro não é diferente de outras contas a pagar e não requer uma apresentação separada no balanço patrimonial. Essas operações visam a antecipação por seus fornecedores de seus recebíveis e não ultrapassam 90 dias e não há encargo financeiro pela antecipação para a Companhia. O Grupo divulgou esses valores separadamente, veja nota explicativa 18.

4.6 Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

(iii) Acordos de pagamentos baseados em ações – Programa mercantil

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos executivos é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e desempenho serão atendidas de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

4.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- rendimentos de juros;
- despesa com juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos e contraprestação contingente.

A receita ou despesa com juros é reconhecida utilizando o método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados através da vida esperada do instrumento financeiro para:

- o custo amortizado do passivo financeiro.

4.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A Companhia determinou que os juros e as penalidades relativas ao imposto de renda e à contribuição social, não atendem à definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados nos termos do CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se determinados critérios forem atendidos.

4.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração:

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos implementados, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizado como parte do custo de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e quantidade residual, são revisados no final de cada ano, ou quando há mudanças significativas sem um padrão esperado, como em casos específicos relevantes e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como alterações nas estimativas contábeis, de acordo com a necessidade.

A depreciação é calculada linearmente sobre a vida útil estimada dos ativos, como segue:

	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

4.10 Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Plataforma

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada para abater dos custos dos ativos intangíveis, líquido dos seus valores residuais estimados, usando o método linear sobre a vida útil estimada, e é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Para as plataformas e carteira de clientes a vida útil utilizada é de 5 anos.

4.11 Instrumentos Financeiros

(i) Reconhecimento e medição inicial

As contas a receber dos clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja o conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente medido a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente

atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são inicialmente mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente – ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a menos que o Grupo mude seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

(iii) Classificação e mensuração subsequente – ativos financeiros – avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principais e juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa:

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(iv) Classificação e medição subsequente – passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(v) Desreconhecimento – ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(vi) *Compensações*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vii) *Valor recuperável (Impairment) dos ativos financeiros*

A Companhia aplica o método simplificado para avaliar se reconhece uma perda de crédito esperada para os ativos financeiros.

A Companhia avalia se existe uma perda histórica de crédito para aplicar a matriz de provisionamento com base nos dados históricos de perda de crédito e nos recebíveis vencidos.

Os únicos ativos financeiros sujeitos à análise de valor recuperável são os saldos de contas a receber de clientes, que são liquidados principalmente por meio de cartões de crédito, com a maioria do contas a receber recebido após o processamento de transações com cartão de crédito. Os montantes dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao crédito.

Por essa razão, a partir de 31 de março de 2021, a Companhia não havia reconhecido nenhuma perda de crédito esperada para os ativos financeiros. Além disso, a taxa histórica de perdas da Companhia não é significativa, não há inadimplência financeira significativa, e não se espera perdas significativas com base no modelo negócio operacional da Companhia.

(viii) *Valor recuperável (Impairment) de ativos não-financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O ágio é testado anualmente para o valor recuperável.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A Companhia possui diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de fiscalizações ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.13 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(iv) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente a Companhia ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de

direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. . Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que os de bens e equipamentos. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;e
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamento de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer o direito de uso de arrendamentos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamentos como uma despesa linear ao prazo do uso do ativo.

4.14 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. Algumas das políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação..

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.15 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- (i) o lucro atribuível aos acionistas da empresa, excluindo quaisquer custos de manutenção de ações que não sejam ações ordinárias; e
- (ii) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustadas por um componente de bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano, ações planejadas a serem emitidas na formação do novo veículo com a oferta pública de ações, excluindo ações em tesouraria.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	8	6.835	4.040
Aplicações financeiras	-	32.968	63.210
	<u>8</u>	<u>39.803</u>	<u>67.250</u>

Caixa e equivalentes de caixa são quaisquer títulos de curto prazo com prazos de vencimento de 90 dias ou menos. A Administração da Companhia define "Caixa e equivalentes de caixa" como valores mantidos com o objetivo de cumprir compromissos financeiros de curto prazo, ao invés de investimentos ou outros fins.

As aplicações financeiras são facilmente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a riscos significativos de variação de valor, e são registrados a valores de custo mais rendimento acumulado até datas de balanço não superior ao valor de mercado ou realização. Referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB), reajustados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário, remunerado a uma taxa anual média de 107% do CDI em 2021 (104% do CDI em 2020).

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros e passivos são divulgadas na nota explicativa 24.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Contas a receber de operadoras de cartão de crédito (i)	45.463	38.730
Contas a receber de clientes (ii)	72.732	61.074
	118.195	99.804

- (i) Correspondem às contas a receber das vendas através de cartão de crédito, que a Companhia recebe em montantes, prazos e parcelas definidas no momento da venda dos produtos dos clientes. Esse valor corresponde a Venda Bruta de Mercadoria (*GMV*) referente as vendas da Companhia sobre os produtos dos clientes. A Companhia realizou antecipação de cartões durante março de 2021 o montante de R\$ 28.578 (R\$ 139.726 em 31 de dezembro de 2020), onde transfere para as operadoras de cartão de crédito e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos consumidores e, assim, liquidou o contas a receber destes créditos.
- (ii) O contas a receber dos clientes, correspondem ao rebalanceamento da margem em que o produto do cliente foi vendido no site para o consumidor final por um preço abaixo do negociado na formação da margem do produto quando da negociação entre a Companhia e o cliente. Como os contratos garantem a margem da Companhia, visto que a Companhia atua como agente na operação, então a margem é sempre rebalanceada mensalmente. Conforme mencionado na nota 24, este valor é liquidado contra a conta de "fornecedores", onde a Companhia possui os valores a pagar para os respectivos fornecedores.

As contas a receber da Companhia são apresentadas juntamente com os valores em aberto de Venda Bruta de Mercadoria (*GMV*, sigla em inglês) e a Companhia retém os valores relativos às comissões. Dessa forma, em geral, a diferença entre o valor que a Companhia recebe com a venda dos produtos dos clientes e o valor que a Companhia paga aos fornecedores é o valor efetivo referente à comissão da Companhia devido aos serviços que a Companhia fornece atuando como um agente da transação.

7 Adiantamento de fornecedores

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de fornecedores (i)	42.822	38.241
	<u>42.822</u>	<u>38.241</u>

- (i) Corresponde ao saldo de mercadorias dos clientes, do qual a Companhia atua como agente na transação, conforme explicado na nota 4.4.

8 Impostos a recuperar

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS (i)	43.716	34.660
PIS e COFINS (ii)	604	3.740
Outros impostos	4.368	321
Impostos México	1.210	898
Impostos Argentina	7.719	-
	<u>57.617</u>	<u>39.619</u>
Circulante	23.543	13.086
Não circulante	34.074	26.533
	<u>57.617</u>	<u>39.619</u>

- (i) O valor de R\$ 34.074, refere-se ao ICMS DIFAL, gerado nas operações interestaduais em que esse imposto não está incluído na margem da Companhia negociada com o cliente. Desta forma a Companhia reembolsa este crédito ao fornecedor dos produtos, que são os clientes. Então, o mesmo valor a ser reembolsado é reconhecido em “outras contas a pagar” – nota 17.
- (ii) A Companhia possui um ativo contingente decorrente de assunto controverso sobre o cálculo dos créditos do ICMS na base de cálculo da PIS e da COFINS no valor de R\$ 4.099. A Companhia obteve trânsito em julgado a seu favor conforme divulgado na nota explicativa 28.

9 Investimentos e provisão para passivo a descoberto

a) Investimento e provisão para passivo a descoberto em controladas

Empresa	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Resultado abrangente	Baixa do investimento em coligada (a)	Remensuração do investimento (a)	Aquisição de participação em controlada (b)	31/03/2021
IFC Ltda.	57.160	(8.018)	-	-	-	-	49.142
Inframedia	(1.917)	(32)	-	-	-	-	(1.949)
IFC Varejo	(3.243)	(51)	-	-	-	-	(3.294)
México	(1.753)	(541)	(20)	-	-	-	(2.314)
Infrashop	(56)	(4.706)	-	-	-	-	(4.762)
Finago	933	1	-	-	-	-	934
New Retail	7.914	892	(420)	(7.914)	26.538	100.221	127.231
Total	59.038	(12.455)	(440)	(7.914)	26.538	100.221	164.988
						Provisão para passivo a descoberto	(12.319)
						Investimentos	177.307

(a) Com a aquisição de mais 40% da New Retail, a Companhia passou a ter o controle e consolidar a operação. Com isso o saldo do investimento no valor de R\$ 7.914 referente a participação anterior de 21,44% foi remensurado pelo valor justo na data da combinação de negócios, o que gerou um ganho na remensuração registrado na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, conforme demonstrado abaixo.

(b) Decorrente da combinação de negócios da New Retail, a Companhia registrou R\$ 13.068 e R\$ 110.156 no intangível como mais valia da carteira de clientes e como ágio pago pela expectativa de rentabilidade futura, respectivamente, nas demonstrações financeiras consolidadas.

Baixa do investimento em coligada	(7.914)
Remensuração da combinação de negócios	<u>26.538</u>
Ganho na remensuração do investimento na combinação de negócios (nota 21)	<u>18.624</u>

Infracommerce CXaaS S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 março de 2021

Controladas	%	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo) líquido	Direta / Indireta
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
IFC Ltda.	100%	189.058	227.858	242.898	124.934	49.142	51.423	(8.018)	Direta
Inframedia	100%	-	-	1.849	100	(1.949)	-	(32)	Direta
IFC Varejo	100%	32	-	3.326	-	(3.294)	-	(51)	Direta
México	100%	4.639	1.401	8.354	-	(2.314)	1.098	(561)	Direta
Infrashop	100%	1.123	5.102	10.988	-	(4.762)	2.029	(4.706)	Direta
Finago	100%	1.710	935	1.711	-	934	72	1	Direta
Pier 8 (i)	100%	4.365	2.074	6.643	1.129	(1.333)	6.307	284	Indireta
Armazéns (i)	100%	804	7.018	10.381	-	(2.559)	2.130	(967)	Indireta
New Retail (ii)	61,44%	32.458	5.668	28.612	570	8.945	9.696	972	Direta

- (i) A Pier 8 e a Armazéns foram adquiridas pela Infracommerce Negócios e Soluções Ltda. Para maiores detalhes vide nota 2.1.i.
- (ii) A Companhia possuía 21,44% da New Retail e adquiriu mais 40% em 2021, passando a ser controladora da Empresa, além de incluir a aquisição pelo método da aquisição antecipada reconhecendo o investimento a 100%, vide nota 2.1.ii.

b) Investimento em coligadas

Empresa	Participação	Equivalência patrimonial	Investimento
Brandlive Colômbia	40,00%	93	479
Total		93	479

- (i) A Brandlive Argentina, controlada da New Retail Ltd, possui 40% de participação na Brandlive Colômbia, vide nota 2.

10 Imobilizado

	01/01/2020	Adições	31/03/2020
Custo			
Benfeitorias em bens de terceiros	1.557	-	1.557
Máquinas e equipamentos	1.130	2	1.132
Instalações	7.825	2.416	10.241
Equipamentos de Computador	3.001	57	3.058
Veículos	40	-	40
Móveis e utensílios	1.428	43	1.471
	14.981	2.518	17.499
Depreciação acumulada			
Benfeitorias em bens de terceiros	(369)	(15)	(384)
Máquinas e equipamentos	(322)	(85)	(407)
Instalações	(1.195)	(206)	(1.401)
Equipamentos de Computador	(1.097)	(110)	(1.207)
Veículos	(33)	(2)	(35)
Móveis e utensílios	(331)	(14)	(345)
	(3.347)	(432)	(3.779)
Total	11.634	2.086	13.720
	31/12/2020	Adições	31/03/2021
Custo			
Benfeitorias em bens de terceiros	1.557	455	2.012
Máquinas e equipamentos	1.284	-	1.284
Instalações	18.801	3.051	21.852
Equipamentos de Computador	5.207	749	5.956
Veículos	140	-	140
Móveis e utensílios	2.144	54	2.198
	27.133	4.309	33.442
Depreciação acumulada			
Benfeitorias em bens de terceiros	(581)	(138)	(719)
Máquinas e equipamentos	(561)	(40)	(601)
Instalações	(3.530)	(406)	(3.936)
Equipamentos de Computador	(1.749)	(246)	(1.995)
Veículos	(127)	-	(127)
Móveis e utensílios	(623)	(53)	(676)
	(7.171)	(883)	(8.054)
Total	21.962	3.426	25.388
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2020			21.962
Imobilizado líquido em 31 de março de 2021			25.388

Teste de *impairment* de ativos

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos Ativos imobilizados que estão sujeitos à depreciação são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o período findo em 31 de março de 2021 não foram identificados indicadores de *impairment* que viessem a requerer a revisão do último teste realizado em 31 de dezembro de 2020.

11 Intangível

	01/01/2020	Adições	31/03/2020
Custo			
Plataforma (i)	20.033	528	20.561
Marcas e patentes	17	-	17
Ativo intangível em progresso (iv)	9.030	5.684	14.714
	29.080	6.212	35.292
Amortização acumulada			
Plataforma (i)	(3.891)	(983)	(4.874)
	(3.891)	(983)	(4.874)
Total	25.189	5.229	30.418

	31/12/2020	Adições	Combinação de Negócios	31/03/2021
Custo				
Ágio (ii)	50.175	-	110.156	160.331
Contratos de clientes (iii)	5.188	-	13.068	18.256
Plataforma (i)	51.806	8.764	4.136	64.706
Marcas e patentes	17	-	-	17
Ativo intangível em progresso (iv)	7.052	1.221	-	8.273
	114.238	9.985	127.360	251.583
Amortização acumulada				
Plataforma (i)	(8.227)	(2.898)	-	(11.125)
Carteira de clientes (iii)	-	(695)	-	(695)
	(8.227)	(3.593)	-	(11.820)
Total	106.011	6.392	127.360	239.763

- (i) A Companhia observou que a plataforma de *e-commerce* gerada internamente apresenta rentabilidade futura após estudos realizados por especialistas. Assim, todas as despesas incorridas para sua constituição / configuração foram capitalizadas, sendo medida pelo tempo de trabalho alocado na formatação dessas plataformas de *e-commerce*.
- (ii) O ágio é alocado em cada unidade geradora de caixa (UGC) e anualmente no final do exercício submetido a uma avaliação de sua recuperabilidade ou, mais frequentemente, quando há uma indicação de que uma unidade geradora de caixa está com baixo desempenho. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa ficar abaixo do seu valor

contábil mais o ágio alocado a ela, a imparidade é previamente atribuída à redução do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos demais ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil, de cada um desses ativos.

- (iii) Preço alocado da aquisição da Pier 8 e da New Retail LTD, conforme nota explicativa 2.1.i e 2.1.ii, respectivamente.
- (iv) O saldo do intangível em progresso refere-se ao desenvolvimento de plataforma prevista para ser concluída após 1 ano. Após a conclusão, ele será transferido para a respectiva linha de plataforma.
- (v) A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos intangíveis, direito de uso e ativos de contrato de vida definida que estão sujeitos à amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Durante o período findo em 31 de março de 2021 não foram identificados indicadores de impairment que viessem a requerer a revisão do último teste realizado em 31 de dezembro de 2020.

12 Direito de uso e arrendamento

A Companhia reconhece o direito de uso e o arrendamento na data efetiva do contrato. Os principais contratos de arrendamento se referem ao escritório administrativo e os centros de distribuição. Esses contratos de arrendamento têm uma duração de 5 anos, com opção de renovação.

a) Direito de uso

	Centro de distribuição	Escritório administrativo	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	25.795	3.660	431	29.886
Amortização	(866)	(250)	(27)	(1.143)
Saldo em 31 de março de 2020	24.929	3.410	404	28.743
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.981	1.614	323	26.918
Combinação de negócios (nota 2.1.ii)	-	-	1.047	1.047
Adições	2.825	-	14.379	17.204
Amortização	(2.165)	(235)	(718)	(3.118)
Saldo em 31 de março de 2021	25.641	1.379	15.031	42.051

b) Arrendamentos

	31/03/2021	31/12/2020
Centro de distribuição	25.833	29.599
Escritório administrativo	1.653	1.781
Outros	10.648	357
Total	38.134	31.737
Circulante	11.712	7.873
Não circulante	26.422	23.864

Demonstrações do resultado

Depreciação do direito de uso	31/03/2021	31/03/2020
Centro de distribuição	(2.165)	(866)
Escritório administrativo	(235)	(250)
Outros	(718)	(27)
	(3.118)	(1.143)
Despesas financeiras sobre arrendamentos		
Centro de distribuição	(763)	(106)
Escritório administrativo	(46)	(14)
Outros	(216)	(2)
	(1.025)	(122)

Pagamento de arrendamentos a valor presente:

	01/01/2020	Juros	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	31/03/2020
Centro de distribuição	27.461	106	(788)	(106)	26.673
Escritório administrativo	4.121	14	(508)	(14)	3.613
Outros	450	2	(20)	(2)	430
	32.032	122	(1.316)	(122)	30.716

	31/12/2020	Juros	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Combinação de negócios	Adição	31/03/2021
Centro de distribuição	29.599	763	(6.592)	(763)	-	2.825	25.832
Escritório administrativo	1.781	46	(128)	(46)	-	-	1.653
Outros	357	216	(5.134)	(216)	1.047	14.379	10.649
	31.737	1.025	(11.854)	(1.025)	1.047	17.204	38.134

A taxa incremental de desconto utilizada para calcular o valor presente foi a taxa nominal de 10,9% a.a.. A taxa é avaliada a cada novo contrato baseado no custo de captação da Companhia junto aos bancos que ela possui relacionamento.

Em antedimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social em 31/03/2021, seriam os apresentados na coluna "Ofício":

<u>Contas</u>	<u>31/03/2021</u>		
	<u>Registrado</u>	<u>Ofício</u>	<u>% Variação</u>
Passivos de arrendamento	38.134	40.422	6%
Direito de uso residual	42.051	43.733	4%
Despesa financeira	(1.025)	(1.097)	7%
Despesa de depreciação	(3.118)	(3.461)	11%

13 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores de mercadoria dos clientes (i)	817	6	78.788	114.241
Outros fornecedores (ii)	-	-	48.804	46.930
	<u>817</u>	<u>6</u>	<u>127.592</u>	<u>161.171</u>

- (i) Valores referentes a compras de mercadorias dos clientes a pagar, de acordo com a nota 7.
- (ii) Valores referentes a fornecedores de outros produtos e serviços inerentes a operação da Companhia, como serviços de TI manutenção dos centros de distribuição, consultorias em geral, etc.

14 Empréstimos e financiamentos

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Empréstimos bancários com garantia (i)	80.094	71.909
Circulante	42.135	30.262
Não circulante	37.959	41.647

- (i) Empréstimos com garantia de recebíveis da Companhia e com aval dos sócios.

Movimento do saldo

	01/01/2020	Captação	Pagamento principal	Juros	Juros pagos	31/03/2020
Custo						
Empréstimos	15.833	3.486	(12.439)	76	(162)	6.794

	31/12/2020	Captação	Pagamento principal	Juros	Juros pagos	31/03/2021
Custo						
Empréstimos	71.909	20.000	(11.898)	660	(577)	80.094

Termos e condições do saldo de empréstimos são:

	2021	2020
Taxa de juros nominal p.a. (%)	6,32	6,32
Valor de face	80.094	71.909
Maturidade	2021-2023	2021-2023

Informação relacionada a exposição da Companhia a taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez está incluída na nota explicativa 24.

Período de amortização

O cronograma para o pagamento das parcelas de empréstimos e financiamentos é demonstrado abaixo:

Ano	Valor
2022	18.980
2023	18.979
	37.959

Covenants não financeiros

Os empréstimos com a Banco do Brasil consideram os seguintes *covenants* operacionais não financeiros que a administração esta adimplente até o final do período findo em 31 de março de 2021:

- Informar ao Banco com antecedência sobre eventuais reestruturações societárias; e
- Manter um relacionamento com o Banco de R\$ 5.000;

15 Provisões para contingências

A Companhia realiza uma avaliação recorrente dos riscos envolvidos em processos trabalhistas, tributários e cíveis que se realizam no curso de suas atividades. Esta avaliação é realizada com base nas informações disponíveis e nos fatores de risco presentes em cada processo, amparado pelo parecer da assessoria jurídica da Companhia.

A avaliação e classificação da probabilidade de perda entre provável, possível e remoto, realizadas com base neste trabalho, determina os casos para os quais as reservas podem ser constituídas, e somente contingências classificadas como prováveis serão atribuídas reservas, em valores considerados necessários para cobrir quaisquer despesas que possam ser incorridas decorrentes do resultado do referido processo.

	Civil	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	374	960	6.506	7.840
Adições	33	-	-	33
Pagamentos	-	(60)	(104)	(164)
Saldo em 31 de março de 2020	407	900	6.402	7.709

	Civil	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	639	728	6.009	7.376
Adições	879	-	76	955
Pagamentos	(68)	-	(32)	(100)
Saldo em 31 de março de 2021	1.450	728	6.053	8.231

A Companhia calcula a provisão de contingência relacionada a impostos associados ao risco trabalhista.

A Companhia possui ações tributárias, cíveis e trabalhistas, com risco de perda classificado pela Administração como possível com base na avaliação de seu advogado, nos valores de R\$ 2.972 em 31 de março de 2021 (R\$ 2.284 em 31 de dezembro de 2020).

16 Contas a pagar de combinação de negócios

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a pagar de combinação de negócios - Pier 8	-	31.937	28.964
Contas a pagar de combinação de negócios - New Retail	34.834	34.834	-
	34.834	66.117	28.964
Circulante	-	12.000	6.000
Não circulante (i)	34.834	54.771	22.964
	34.834	66.771	28.964

Período de amortização

O cronograma para o pagamento das parcelas de contas a pagar pela combinação de negócios é demonstrado abaixo:

Ano	Valor
2022	37.027
2023	17.774
	54.771

17 Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS reembolsável ao fornecedor (nota 8)	-	34.074	24.207
Outras contas a pagar	2.323	13.572	2.492
	2.323	47.646	26.699
Circulante	2.323	13.463	54
Não circulante	-	34.183	26.645
	2.323	47.646	26.699

18 Risco sacado à pagar

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Risco sacado à pagar	28.688	-
	28.688	-

A Companhia firmou contrato junto às instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores a antecipação de seu recebimento. O prazo máximo é de 90 dias com uma taxa média de 0,75% a.m. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras.

19 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2021 a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	
	31/03/2021	31/12/2020
Acionistas controladores	183.285.726	183.285.726
Total	183.285.726	183.285.726

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 400.000.000 de novas ações ordinárias.

Em 17 de fevereiro de 2021, através de Ata de Assembleia Extraordinária, os acionistas, deliberaram aprovar o aumento de capital social da Companhia de R\$ 81.705 para R\$ 91.643, um aumento portanto de R\$ 9.938, mediante a emissão de 9.937.919 novas ações ordinárias.

Adicionalmente, através de Ata de Assembleia Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade, corrigir os termos e condições do aumento capital social aprovado no Instrumento Particular da 1ª Alteração do Contrato Social da Infracommerce CXAS Ltda. (atualmente denominada Infracommerce CXaaS S.A.), tendo em vista que: (a) no item 1.2 constou incorretamente o valor atribuído às quotas contribuídas ao capital social da Companhia correspondente a R\$ 81.705, quando o valor correto era de R\$ 56.376; e (b) não foi mencionado, de forma equivocada, que parte do aumento do capital social era decorrente da capitalização de créditos detidos pela Companhia em face de suas subsidiárias, totalizado em R\$ 5.860.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

No período findo em 31 de março de 2021, a Companhia registrou na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ (440) (R\$ 36 em 31 de março de 2020), relacionado aos ajustes da conversão dos investimentos em moeda estrangeira.

20 Receita líquida

	31/03/2021	31/03/2020
Serviços prestados – Brasil	86.331	57.856
Serviços prestados – América Latina	24.390	385
	110.721	58.241
Impostos – Brasil	(24.370)	(15.072)
Impostos – América Latina	(13.596)	(31)
Total impostos	(37.966)	(15.103)
Total de receita líquida – receita de contrato com clientes	72.755	43.138
<u>Desagregação da receita:</u>		
<i>(em um determinado momento – at a point in time)</i>		
Receita de serviços relacionadas a venda dos produtos dos clientes	72.171	43.055
<i>(ao longo do tempo - overtime)</i>		
Receita com outros serviços	584	83
Total	72.755	43.138

21 Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

	Controladora	Consolidado	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Salários	-	(31.428)	(21.514)
Custos logísticos	-	(11.032)	(6.910)
Serviços de terceiros	(117)	(10.522)	(3.575)
Serviço de suporte a plataforma	-	(9.313)	(3.478)
Serviço de informática	-	(6.717)	(2.508)
Depreciação e amortização	-	(4.476)	(1.415)
Depreciação de direitos de uso	-	(3.118)	(1.143)
Programa de opção de ações (nota 27)	-	(833)	(136)
Aluguéis e condomínios	-	(480)	(83)
Despesas de contingências	-	(89)	(285)
Comissões	-	(561)	(259)
Reavaliação de combinação de negócios (nota 9)	18.624	18.624	-
Outras despesas / receitas	(655)	(6.341)	(3.274)
	17.852	(66.286)	(44.580)
Custo dos serviços prestados	-	(39.145)	(22.181)
Despesas comerciais	(3)	(1.057)	(812)
Despesas administrativas	(769)	(44.605)	(23.321)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas	18.624	18.521	1.734
	17.852	(66.286)	(44.580)

22 Resultado financeiro líquido

	Controladora	Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2020
Despesas financeiras			
Juros sobre arrendamentos (nota 12)	-	(1.025)	(57)
Juros sobre empréstimos (nota 14)	-	(660)	(76)
Multas	(1)	(333)	(31)
IOF	(62)	(88)	(111)
Despesas bancárias	(226)	(346)	(420)
Taxa de antecipação de recebíveis	-	(369)	(152)
Outras despesas financeiras	-	(168)	(2.521)
Despesa de variação cambial	(1.241)	(1.334)	(3.100)
	(1.530)	(4.323)	(6.468)
Receitas financeiras			
Receita de juros	-	10	-
Descontos obtidos	-	256	-
Receita com aplicações financeiras	-	104	6
Outras receitas financeiras	-	99	-
Ajuste a valor presente	-	(98)	-
Receita de variação cambial	-	1.332	1
	-	1.703	7
Resultado financeiro líquido	(1.530)	(2.620)	(6.461)

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculadas nas alíquotas previstas na legislação tributária de cada uma das empresas da Companhia para os períodos encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, são apresentadas da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2020
Lucro /(prejuízo) antes de imposto e contribuição social	3.867	3.867	(7.876)
Imposto de renda e contribuição social a taxa de 25% e 9%, respectivamente	(1.315)	(1.315)	2.678
Efeito do imposto em:			
Despesas não dedutíveis e permanentes	-	150	-
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	3.412	3.412	546
Equivalência patrimonial	4.235	(32)	(9)
Receitas não dedutíveis e diferenças permanentes	(6.332)	(2.290)	(3.215)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	-	(75)	-
Aliquota efetiva	0%	(2%)	0%

b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

	31/12/2020	Ativos fiscais diferidos não reconhecidos no resultado	31/03/2021
Prejuízo Fiscal Acumulado	27.057	3.412	30.469
(-) Parcela Não Reconhecida	(27.057)	(3.412)	(30.469)
Ativo fiscal diferido	-	-	-

A Companhia se encontra em um estágio de constante crescimento, demandando uma série de investimentos necessários para sustentar esse perfil, o que acreditamos poder comprometer a geração de lucro no curto prazo. Nesse sentido, nos últimos anos, a Companhia privilegiou a criação de bases que entende serem necessárias para tal crescimento, visando obter resultados positivos por meio da realização de lucros tributáveis futuramente. No entanto, mesmo nesse cenário, a Companhia entende não ter atingido ainda todos os requerimentos do CPC 32 / IAS 12 para reconhecimento dos impostos diferidos ativos.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia tem operações de instrumentos financeiros. Esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias operacionais e controles internos com o objetivo de garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não faz investimentos especulativos em derivativos ou quaisquer outros ativos derisco. Os resultados obtidos com essas operações são consistentes com as políticas e estratégias definidas pela gestão da Companhia.

A Companhia possui um put option oriunda do contrato de compra no valor de R\$ 50.938, esse instrumento foi calculado utilizando as premissas apresentadas na nota explicativa 2.1.ii e fez parte da Combinação de negócios antecipada da New Retail.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, sobre cada um dos riscos acima e processos de medição e gestão de riscos.

Categorias de instrumentos financeiros		31/03/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	39.803	39.803	67.250	67.250
Contas a receber	Custo amortizado	118.195	118.195	99.804	99.804
Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado	42.822	42.822	38.241	38.241
Outras contas a receber	Custo amortizado	956	956	6.600	6.600
Total		201.776	201.776	211.895	211.895

Categorias de instrumentos financeiros		31/03/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Fornecedores	Outros passivos financeiros	127.592	127.592	161.171	161.171
Risco sacado	Outros passivos financeiros	28.688	28.688	-	-
Adiantamentos de clientes	Outros passivos financeiros	180	180	843	843
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	80.094	80.094	71.909	71.909
Arrendamentos	Outros passivos financeiros	38.134	38.134	31.737	31.737
Instrumentos financeiros – Put option	VJR	50.938	50.938	-	-
Contas a pagar pela combinação de negócios	VJR	13.937	13.937	10.964	10.964
Contas a pagar pela combinação de negócios	Outros passivos financeiros	52.834	52.834	18.000	18.000
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	47.646	47.646	26.699	26.699
Total		440.043	440.043	321.323	321.323

Cálculo do Valor Justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é medido ou divulgado nas demonstrações financeiras intermediárias são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo com base nas informações de menor nível que são significativas para a medição do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) nos mercados para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais o menor e significativo nível de informação para medir o valor justo direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa com desconto para medição.

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais o menor e significativo nível de informação para medir o valor justo é inobservável.

A medição dos ativos e passivos da Companhia é demonstrada abaixo:

Categorias de instrumentos financeiros	Classificação	31/03/2021	31/12/2020	Nível
Contas a pagar pela combinação de negócios (i)	VJR	13.937	10.964	3
Instrumentos financeiros - <i>Put option</i> (ii)	VJR	50.938	-	3
Total		64.875	10.964	

- (i) Refere-se a valorização pelo valor justo da parcela variável (contraprestação contingente) da combinação de negócios, conforme nota explicativa 2.1.i.

A avaliação da contraprestação contingente a pagar considera o valor presente do pagamento esperado, descontado por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco. O pagamento esperado é determinado considerando os cenários prováveis para previsão de receita e EBITDA, o valor a ser pago em cada cenário e a probabilidade de cada cenário. Os inputs significativos inobserváveis são a previsão para a taxa de crescimento anual da receita, a previsão para a margem EBITDA e a taxa de desconto ajustada ao risco de 10,67%.

- (ii) Refere-se a valorização pelo valor justo da *put option* da combinação de negócios, conforme nota explicativa 2.1.ii.

A mensuração da *put option* foi baseada na aplicação de um múltiplo estimado a ser aplicado sobre a receita líquida projetada da New Retail. Sobre o valor obtido, será aplicado um desconto do múltiplo de receita líquida do *put option*, que começa em 30% e decresce ao longo dos anos até o patamar de 20%. O desconto da *put option* pode variar em função de algumas variáveis, como crescimento da receita líquida e margem EBIT (ambos indicadores da New Retail).

Análise de Sensibilidade – valor justo – Nível 3

Para os valores justos da consideração contingente, mudanças razoavelmente possíveis na data de relatórios relacionadas às métricas de *earn out*, mantendo outros insumos constantes, teriam e aumentariam o efeito de R\$3.500 ou um efeito de diminuição de R\$3.000.

Para os valores justos do *put option*, mudanças razoavelmente possíveis na data de relatórios relacionadas às métricas e premissas utilizadas, mantendo outros insumos constantes, teriam e aumentariam o efeito de R\$ 14.092 ou um efeito de diminuição de R\$14.061

Gerenciamento de Capital de Risco

Os objetivos da Companhia por meio da gestão de capital são salvaguardar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos, a fim de oferecer retorno aos acionistas e benefícios da Companhia as demais partes relacionadas, e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo e maximizar seus fundos.

A estrutura de capital da Companhia compreende em passivos financeiros e caixa e equivalentes de caixa. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital, bem como monitora, em tempo hábil, o prazo médio de pagamento em relação ao prazo médio de recebimento, tomando ações imediatas para gerir o capital de giro.

Risco de Liquidez

A Gestão Financeira da Companhia tem a responsabilidade pela gestão do risco de liquidez e prepara um modelo adequado de gestão de riscos de liquidez para gerenciar os financiamentos e a gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa estimados e reais, a combinação dos perfis de vencimento dos ativos financeiros e passivos e a manutenção de um relacionamento próximo com as instituições financeiras, com divulgação regular de informações para apoiar decisões de crédito quando são necessários fundos externos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as obrigações relacionadas:

	Saldo contábil	<1 ano	1-3 anos	>3 anos	Total
Fornecedores	127.592	127.592	-	-	127.592
Risco sacado	28.688	28.688	-	-	28.688
Adiantamento de clientes	180	180	-	-	180
Empréstimos e financiamentos	80.094	38.447	45.726	-	84.173
Arrendamentos	38.134	11.712	21.336	5.549	38.597
Contas a pagar pela combinação de negócios	66.771	12.000	54.771	-	66.771
Outras contas a pagar	47.646	47.646	-	-	47.646
	389.105	266.265	121.833	5.549	393.647

Outros Riscos Financeiros

Outros riscos financeiros decorrentes de instrumentos financeiros são os seguintes:

Risco de crédito: Risco de prejuízo financeiro para a Companhia se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais, e decorre principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia. Os saldos de contas a receber são liquidados principalmente por meio de cartões de crédito do cliente, com a maioria das contas a receber recolhidas após o processamento de transações com cartão de crédito. Caixa e equivalentes de caixa são colocados em instituições financeiras e instrumentos financeiros que a Administração acredita serem de alta qualidade de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao crédito.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa exposto a um risco de crédito é de R\$ 39.803 em 31 de março de 2021 (R\$ 67.250 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de contas de clientes expostos a um risco de crédito é de R\$ 118.013 em 31 de março de 2021 (R\$ 99.804 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de março de 2021, a Companhia não havia reconhecido uma perda de crédito esperada para os ativos financeiros, considerando que a taxa de perda histórica é insignificante, não se espera inadimplência financeira significativa e não se espera perdas baseadas no modelo de negócio da Companhia.

Embora a Companhia apresente contas a receber segregadas entre "contas a receber de operadoras de cartão de crédito" e "contas a receber dos clientes" como mostra a nota 6, os recebíveis dos clientes não são expostos a risco considerando que a Companhia tem o direito contratual de liquidá-lo com o valor do Fornecedor que a Companhia tem que pagar, ou não reembolsar os valores recebidos das operadoras de cartão de crédito (GMV) quando aplicável. No final do dia, o modelo de negócio da Companhia é projetado para não ter um impacto negativo no capital de giro.

Risco de taxa de juros: a Companhia está exposta a mudanças nas taxas de juros do "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relativo a aplicações financeiras e empréstimos em reais, para os quais é realizada uma análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Antilise de sensibilidade

Em 31 de março de 2021, a Administração realizou uma análise de sensibilidade, considerando um cenário provável e cenários de variação de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável das taxas de juros foram medidos utilizando-se as taxas de juros futuras, considerando uma taxa básica do CDI de 2,65%. Os efeitos esperados das receitas provenientes de depósitos bancários que auferem juros, líquidos de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos para os próximos três meses são os seguintes:

	31/03/2021	Risco	Cenário I – Provável	Cenário II – aumento de 25%	Cenário III – aumento de 50%	Cenário II – redução de 25%	Cenário III – redução de 50%
Análise de sensibilidade - juros							
Aplicação financeira	32.968	Redução	874	1.092	1.310	(1.092)	(1.310)
Empréstimos (i)	(80.094)	Aumento	(2.122)	(2.653)	(3.184)	2.653	3.184
Impacto no resultado	(47.126)		(1.248)	(1.561)	(1.874)	1.561	1.874

- (i) Esse valor representa o saldo de empréstimos exposto a um risco de taxa de juros (CDI). O saldo remanescente não está exposto a um risco de taxa de juros considerando que é uma taxa fixa.

Risco de moeda: O risco decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia especialmente no contrato de aquisição da New Retail.

A Companhia apresentou um total de R\$ 34.834 (USD 6.000 mil) de passivos em moeda estrangeira no final do período de 2021.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável com base no relatório FOCUS (BACEN) divulgado no dia 07 de maio de 2021. Definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$ 5,2000, variando em 25% e 50%, respectivamente.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins registro contábil pelas taxas de estresse conforme cenários abaixo.

	31/03/2021	Risco	Cenário I – Provável	Cenário II – aumento de 25%	Cenário III – aumento de 50%	Cenário II – redução de 25%	Cenário III – redução de 50%
Análise de sensibilidade - moeda							
Contas a pagar de combinação de negócios (i)	(34.834)	Aumento	(31.200)	(7.800)	(15.600)	7.800	15.600
Impacto no resultado				(7.800)	(15.600)	7.800	115.600

(i) Saldo referente a parcela a pagar para aos acionista da New Retail.

25 Partes relacionadas

a) Controladora

	31/03/2021	31/12/2020
IFC Ltda.	<u>2.306</u>	<u>-</u>
	<u>2.306</u>	<u>-</u>

Os mútuos entre as empresas do grupo são firmados em moeda local, sendo que possuem uma taxa variável de juros ficando entre 1% e 2% a.a. e o prazo dos contratos dos mútuos são de 1 ano, sendo renovados automaticamente. A despesa no periodo findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 7.

Remuneração da Administração

Em março de 2021, a remuneração da Administração foi de R\$ 4.372 (R\$ 3.363 em 31 de março de 2020) registrado em despesas administrativas da Companhia, incluindo salários, remuneração variável, encargos sociais e benefícios diretos e indiretos.

	31/03/2021	31/03/2020
Salários	2.956	2.274
Benefícios de curto prazo	564	434
Benefícios de extinção do contrato	104	80
Remuneração variável	748	575
	<u>4.372</u>	<u>3.363</u>

26 Lucro (prejuízo) por ação

A tabela abaixo mostra o detalhe do cálculo do prejuízo por ação:

	Controladora	Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2020
Lucro (prejuízo) líquido	3.867	3.867	(7.875)
Média ponderada de ações ordinárias (i)	237.661	237.661	237.661
Lucro (prejuízo) por ação	0,01627	0,01627	(0,03314)

(i) O lucro (prejuízo) por ação apresentado acima foi calculado utilizando o capital social da Companhia na data dessas demonstrações financeiras intermediárias após a reestruturação e considerando a emissão de ações conforme divulgado na nota 29.b – como se as 237.661 ações tivessem existido durante todos os períodos apresentados.

27 Pagamento baseado em ações

Em 2012, a Companhia estabeleceu um plano de opções de ações para seus executivos. O plano é gerido pelo Conselho de Administração do Grupo, observando os limites e diretrizes estabelecidos no plano.

O plano foi criado com os seguintes objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão empreendedora do negócio.

O plano inclui ações emitidas pela Companhia. Conforme estabelecido no plano, o preço de exercício das opções de ações não será inferior a 100% do preço de mercado na data de outorga. Qualquer exceção deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. A condição de *vesting* é baseada nos serviços prestados pelos executivos da Companhia.

O período de *vesting* durante o qual o beneficiário não poderá exercer a opção de ações respeitará as seguintes condições: (i) 25% do total das opções de ações concedidas só poderá ser exercida após o período de 12 meses de serviço contínuo e; (ii) 1/36 adicional das opções totais de ações podem ser exercidas à medida que o beneficiário completar um mês adicional de serviços contínuos. Em alguns casos, o período de *vesting* é de 36 meses consecutivos.

O movimento das opções de ações durante 31 de dezembro de 2019 e 31 de março de 2020 é mostrado abaixo:

	2020	
	Números de Opções	Média Ponderada do Preço de Exercício
Saldo em 01 de janeiro	27.387	197
Emitidas durante o período	7.616	400
Saldo em 31 de março	35.003	324

Em 31 de março de 2021 e 2020, foi reconhecido uma despesa de pagamento baseada em ações de R\$ 833 e R\$ 123, respectivamente, com o plano de opções de ações concedido aos executivos do Grupo. Não aconteceram outorgas no período findo em 31 de março de 2021.

O valor justo das opções de ações para o período até 31 de março de 2020 foi calculado utilizando o modelo Black & Scholes, baseado nas seguintes premissas:

Data Emissão	Opções Emitidas	Preço medio ponderado	Valor Justo da Ação	Volatilidade	Taxa livre de Risco
01/01/2020	7.616	USD 400	USD 306	30%	2,57%

28 Segmentos operacionais

Ao verificar o desempenho operacional da Companhia e alocar recursos, o principal tomador de decisões operacionais da Companhia (“CODM”), que é o Diretor-Presidente da Companhia (“CEO”) e o Conselho de Administração (“CA”), avaliam itens selecionados na demonstração do resultado e do resultado abrangente.

O CODM considera todo o Grupo como um único segmento operacional reportável, monitorando as operações, tomando decisões sobre alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. O CODM analisa dados financeiros relevantes para todas as subsidiárias. As informações desagregadas somente são revisadas no nível da receita sem detalhes correspondentes em qualquer nível de margem ou lucratividade.

A nota explicativa 20 apresenta a abertura da receita líquida entre Brasil e América Latina (região).

Nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020, a Companhia apresentava a seguinte representatividade de clientes sobre a receita líquida:

No período de 3 meses findo em 31 de março de 2021 e 2020, os dois maiores clientes da Companhia representavam em conjunto 39% e 34% da receita líquida, respectivamente. Todos os demais clientes, se analisados individualmente, eram responsáveis por volumes inferiores a 10% da receita líquida total da Companhia.

29 Eventos subsequentes

a) Captação de empréstimo

A Companhia captou no dia 04 de abril de 2021 um empréstimo junto ao banco Itaú no valor de R\$ 10.000 com o prazo de vencimento em 31 de outubro de 2021, com amortizações mensais dos juros e quitação do principal no final do contrato, com uma taxa de juros equivalente a CDI + 5,5% a.a.

b) Oferta pública de ações

O registro da oferta pública inicial primária de ações da Companhia foi concedido pela CVM em 30 de abril de 2021, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 476. Considerando as parcelas primária, a captação total foi de R\$ 870.000, ao preço por ação de R\$16. A negociação das ações da Companhia na B3 teve início em 04 de maio de 2021.

O capital social da Companhia era de R\$72.130 até a realização da oferta pública, totalmente subscrito e integralizado, representado por 183.285.726 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No contexto da oferta primária, a Companhia emitiu 54.375.000 novas ações ordinárias e realizou um aumento de capital bruto de R\$ 870.000 (R\$ 835.200 líquido de taxas, comissões e impostos). Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 942.130, representado por 237.660.726 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

c) Deferimento do mandado de segurança – Crédito de PIS e COFINS

A controlada IFC Ltda. em 29 de abril de 2021, obteve deferimento do mandado de segurança onde a Companhia pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS pelo método de mensuração dos créditos de impostos brutos, ou seja, pelo valor do ICMS destacado na nota fiscal, considerado até então como ativo contingente, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Companhia. O valor estimado de crédito de impostos a ser complementado e reconhecido é de R\$ 4.099.

* * *

Diretoria executiva

Kai Schoppen
CEO

Raffael Quintas
CFO

Bruno Marques
Contador
CRC: SP-331607/O-1